

Cardeal
Tempesta

O deserto florescerá -
O profundo e
transformador
sentido da Quaresma

PÁGINA 5

STF

Paulo Gonet
critica Dino
e ‘defende’
penduricalhos

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, criticou a decisão do ministro Flávio Dino que determinou a revisão dos "penduricalhos" pagos a todos os servidores públicos dos Três Poderes a partir de uma reclamação que, na sua origem, era restrita a procuradores de Praia Grande (SP). "A decisão liminar cuida de um tema alheio ao objeto da causa, e que não era necessário para o próprio julgamento da reclamação", afirmou em sustentação oral no julgamento da liminar no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão foi suspensa e a discussão será retomada hoje com os votos dos ministros. Gonet destacou que respeitar o pedido da ação é importante para limitar a atuação do Judiciário e que a alteração. **PÁGINA 6**

COMÉRCIO

Governo Lula
adia vigência
de regra sobre
trabalho

O governo federal prorrogou por mais 90 dias o início da vigência da regra sobre trabalhos em feriados no comércio. A Portaria 3.665/2023 determina que o funcionamento do comércio em feriados depende de autorização prevista em convenção coletiva entre empregadores e trabalhadores, respeitada a legislação municipal. A decisão do Ministério do Trabalho será oficializada em publicação no Diário Oficial da União de hoje. "Com a prorrogação, o Governo do Brasil amplia o prazo para que representantes de trabalhadores e empregadores avancem nas negociações sobre a regulamentação do tema, reafirmando o compromisso com o diálogo social e a valorização da negociação coletiva", diz o MT em nota. **PÁGINA 3**

TESOURO

Dívida Pública fica estável,
mas supera R\$ 8,6 trilhões

Os juros altos impediram a queda da Dívida Pública Federal (DPF) em janeiro, mesmo com grande vencimento de papéis prefixados. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,635 trilhões em dezembro para R\$ 8,641 trilhões no mês passado, alta de 0,07%. Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual

de Financiamento (PAF), divulgado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 0,26%, passando de R\$ 8,309 trilhões em dezembro para R\$ 8,33 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 67,02 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Selic. **PÁGINA 2**

CASO MARIELLE



RENAN OLAZ/CMRJ

Supremo
condena irmãos
Brazão a 76
anos de prisão

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem as penas dos condenados pela participação no assassinato da vereadora Marielle Franco (**foto**) e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio de Janeiro. Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), e Chiquinho Brazão, ex-deputado federal, foram condenados a 76 anos e três meses pelos crimes de organização criminosa, duplo homicídio e tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves, assessora de Marielle, que sobreviveu ao atentado. Eles estão presos preventivamente há dois anos e podem recorrer da condenação. **PÁGINA 5**

FRAUDE FINANCEIRA

CPI do Crime Organizado convoca
Vorcaro, Campos Neto e Paulo Guedes



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Entre dezenas de requerimentos aprovados ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Senado, estão os que determinam a convocação do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, do ex-presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e do ministro da Fazenda do governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes (**foto**). Quando uma pessoa é convocada, a ida à CPI não é opcional, podendo a Comissão pedir a condução coercitiva da testemunha ou do investigado em caso de ausência. Ainda na sessão de ontem a CPI quebrou os sigilos fiscais e bancário do Banco Master e de sócios de Vorcaro. **PÁGINA 7**

GENOCÍDIO

Israel
promoveu
‘matança’ de
jornalistas

Ao longo de todo ano passado, 129 profissionais de imprensa morreram no exercício da profissão, de acordo com relatório da organização não governamental Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPIJ), divulgado ontem. Trata-se do maior número de mortes já documentado pelo comitê desde que a organização começou a fazer esses registros, há mais de três décadas. Os dados da organização, que tem sede em Nova York (EUA), revelam ainda que dois terços destas mortes (86) são atribuídas às Forças de Defesa de Israel. Dos 129 jornalistas assassinados em 2025, a maioria (104) ocorreu durante conflitos. Cinco países concentram 84% das mortes: Israel (86 profissionais de imprensa mortos). **PÁGINA 8**

INDICADORES																							
IBOVESPA 1,47% / 191.634,95 / 2.781,46 / Volume: 32.974.726.305 / Negócios: 4.527.535									Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,41% (jan.)	EURO turismo							
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,33% (jan.)	Compra: 6,1386	Venda: 6,3186						
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Dow Jones	49.174,5	+0,76	Taxa Selic	(28/01)	15%	CDI	(28/01)	14,90%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1682	+0,09%
RAI24	0,650	+3,17	+0,020	FICT3	0,69	+72,50	+0,29	VIVR3	0,47	-24,19	-0,15	S&P 500	6.890,07	+0,77	TR	(25/02)	0,1698%	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 853,63	Compra: 5,1547	Venda: 5,1553	
MBRF3	20,44	+4,66	+0,91	IFCM3	0,650	+16,07	+0,090	ONCO3	2,590	-8,48	-0,240	NASDAQ Composite	22.863,681	+1,04	Poupança	(25/02)	0,6706%	EURO Comercial	Compra: 6,0716	Venda: 6,0722	DÓLAR comercial	Compra: 5,1744	Venda: 5,3544
ITSA4	14,84	+1,71	+0,25	TCSA3	1,68	+12,75	+0,19	PATF3	33,05	-7,35	-2,62	Nasdaq 100	24.977,044	+1,09									
BEEF3	5,39	-4,43	-0,25	MOVH3	14,83	+9,37	+1,27	HAGA3	1,99	-7,01	-0,15	Euronext 100	1.837,08	+0,21									
PETR4	39,57	+2,54	+0,98	RNEW4	1,08	+9,09	+0,09	GPAR3	14,05	-6,27	-0,94	CAC 40	8.519,21	+0,26									

MERCADOS

Bolsa faz pausa, cai 0,13%, mas sustenta os 191 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fez uma pausa, em leve baixa neste meio de semana, após ter renovado nesta terça passada, pela 13ª sessão no ano, o recorde de fechamento, pela primeira vez aos 191 mil pontos. Ontem, em nova máxima histórica intradia, tocou outra marca inédita, de 192 mil pontos, atingindo os 192 623,56 pontos no melhor momento. Na mínima, resvalou para os 190 419,00 pontos, mas conseguiu defender a linha dos 191 mil no fechamento, com pequena perda de 0,13%, aos 191.247,46. Sólido, embora um pouco mais acomodado do que o padrão desde janeiro, o giro ficou em R\$ 28,1 bilhões.

Na semana, o Ibovespa sobe 0,37%, colocando o ganho do mês a 5,45% - no ano, o Índice Bovespa (Ibovespa) sobe 18,69%. O desempenho desta quarta-feira foi condicionado pela disparidade entre o setor de commodities, em especial metálicas com Vale (ON +2,55%) à frente, e o financeiro, à exceção de Banco do Brasil (ON +1,7%) e BTG (+1,06%), que passou por nova realiza-

ção de lucros, com destaque para Santander (Unit -3,94%) que já cede 6,32% na semana e 5,34% no mês. Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Usiminas (+3,98%) e Bradespar (+3,27%), logo à frente de Vale. No lado oposto, Magazine Luiza (-6,32%), Isa Energia (PN -4,44%) e Cosan (-4,41%).

DÓLAR

O dólar emendou o quinto pregão consecutivo de queda ontem, e fechou abaixo do nível de R\$ 5,15 pela primeira vez desde 21 de maio de 2024, em mais um dia marcado pela desvalorização global da moeda americana.

Afora uma alta pontual no início da tarde, em aparente movimento de realização de lucros, o dólar operou em baixa no restante do pregão, embora não tenha se aproximado da mínima de R\$ 5,1191, vista logo após a abertura. No fim das negociações, o dólar à vista recuava 0,59%, a R\$ 5,1252 - menor valor de fechamento desde 21 de maio de 2024 (R\$ 5,1168). Após queda de 4,4% em janeiro, a moeda americana recua 2,33% em fevereiro. No ano, as perdas são de 6,63%.

INVESTIMENTO

Vendas do Tesouro Direto batem recorde em janeiro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet bateram recorde em janeiro, divulgou ontem o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 12,02 bilhões em papéis, o maior volume para um mês desde a criação do programa, em 2002.

O valor é 26,9% superior ao de dezembro, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 9,47 bilhões. Na comparação com janeiro do ano passado, é 37,21% maior.

O recorde anterior de vendas foi registrado em março do ano passado, quando foram vendidos R\$ 11,69 bilhões.

Os títulos mais procurados pelos investidores em janeiro foram os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 48,9%. Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) corresponderam a 28,2% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 15,1%.

Destinado ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 6,4% das vendas. Criado em agosto de 2023, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,5% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. A taxa, que estava em 10,5% ao ano até setembro de 2024, foi elevada para 15% ao ano. Com os juros altos, os papéis conti-

nuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 220,24 bilhões no fim de janeiro, alta de 3,28% em relação ao mês anterior (R\$ 213,24 bilhões) e de 37,75% na comparação com janeiro do ano passado (R\$ 159,88 bilhões). Essa alta ocorreu por causa da correção pelos juros e porque as vendas superaram os resgates em R\$ 4,88 bilhões no último mês.

INVESTIDORES

Em relação ao número de investidores, 330.786 participantes passaram a fazer parte do programa no mês passado. O total de investidores atingiu 34.587.727. Nos últimos 12 meses, o número acumula alta de 9,83%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 3.454.385, aumento de 14,73% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas de até R\$ 5 mil, que correspondeu a 77,5% do total de 1.305.976 operações de vendas ocorridas em janeiro. Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 55,7%. O valor médio por operação atingiu R\$ 9.207,33.

Os investidores estão preferindo papéis de prazo médio. As vendas de títulos de cinco a dez anos representam 40,6% do total. As operações com prazo de até cinco anos correspondem a 39,9% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo representaram 19,5% das vendas.

TESOURO

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os juros altos impediram a queda da Dívida Pública Federal (DPF) em janeiro, mesmo com grande vencimento de papéis prefixados. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,635 trilhões em dezembro para R\$ 8,641 trilhões no mês passado, alta de 0,07%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,3 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 0,26%, passando de R\$ 8,309 trilhões em dezembro para R\$ 8,33 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 67,02 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Selic. Esse resgate líquido, no entanto, foi compensado pela apropriação de R\$ 88,53 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 15% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 145,87 bilhões em tí-

tulos da DPMFi. No entanto, com o alto volume de vencimentos de títulos prefixados em janeiro, típicos do início de cada trimestre, os resgates somaram R\$ 212,89 bilhões.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 4,75%, passando de R\$ 326,07 bilhões em dezembro para R\$ 310,59 bilhões em janeiro. O principal fator foi o recuo de 4,95% do dólar no mês passado, em meio ao alívio no mercado financeiro no último mês.

COLCHÃO

Pelo segundo mês seguido, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. Essa reserva passou de R\$ 1,187 trilhão em dezembro para R\$ 1,085 trilhão no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o resgate líquido (resgates menos emissões) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,77 meses de vencimentos da dívida pública, o menor prazo desde março do ano passado. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,424 trilhão em títulos federais. A expectativa é que as reservas subam nos próximos meses, por causa do baixo volume de vencimentos.

COMPOSIÇÃO

Com o forte vencimento de títulos prefixados, a composição

da DPF variou da seguinte forma de dezembro para janeiro:

- Títulos vinculados a Selic: 48,25% para 49,42%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 25,93% para 26,35%;
- Títulos prefixados: 22,05% para 20,65%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3,76% para 3,58%.

O PAF prevê que os títulos encerrarão o ano nos seguintes intervalos

- Títulos vinculados a Selic: 46% a 50%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 23% a 27%;
- Títulos prefixados: 21% a 25%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3% a 7%.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeria a administração da dívida do governo.

Em relação aos papéis vinculados à Selic, esses títulos estão atraindo o interesse dos compradores por causa dos altos níveis dos juros básicos da economia. A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

PRAZO

O prazo médio da DPF oscilou

de 4 para 4,03 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

DETENTORES

A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

- Instituições financeiras: 31,92% do estoque;
- Fundos de pensão: 22,66%;
- Fundos de investimentos: 21,36%;
- Não-residentes (estrangeiros): 10,69%;
- Demais grupos: 13,4%.

Em meio à diminuição das tensões no mercado financeiro em janeiro, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu em relação a dezembro, quando estava em 10,35%. Em novembro de 2024, o percentual estava em 11,2% e tinha atingido o maior nível desde setembro de 2018, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública também estava em 11,2%.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

BANCO CENTRAL

Juros subiram para famílias e empresas em janeiro, mostra BC

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Os juros médios para as famílias e empresas continuaram subindo em janeiro deste ano. Para as pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 61% ao ano, com acréscimos de 0,9 ponto percentual (p.p.), no mês, e de 6,7 p.p., em 12 meses, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas nesta quarta-feira (25), pelo Banco Central (BC).

Um dos destaques é a elevação da taxa das operações de cartão de crédito parcelado, com alta de 6,8 p.p., no mês, e de 17,7 p.p., em 12 meses, alcançando 194,9% ao ano.

Após 30 dias de utilização do crédito rotativo, as instituições

financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito seguindo essa modalidade de juros.

Ainda assim, a carteira de cartão de crédito rotativo ainda opera com os juros mais elevados do mercado. Apesar do recuo de 13,7 p.p., no mês, e de 26,3 p.p., em 12 meses, a taxa do cartão rotativo ficou em 424,5% ao ano em janeiro.

O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

Outros destaques nas operações para pessoas físicas, em janeiro, são as altas nas taxas de

crédito pessoal não consignado (1,5 p.p.), financiamento para aquisição de veículos (1,3 p.p.) e crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado (1,2 p.p.).

No caso das operações com empresas, a taxa média situou-se em 25,2% ao ano no fim de janeiro, com acréscimo de 1,6 p.p., no mês, e 1,1 p.p., em 12 meses.

Em janeiro, esse desempenho foi influenciado, basicamente, pelo aumento sazonal das taxas médias de desconto de duplicatas e outros recebíveis (0,9 p.p.) e pelo incremento de outras modalidades, como capital de giro com prazo superior a 365 dias (1,8 p.p.), cheque especial (25,9 p.p.) e cartão rotativo

(63,9 p.p.).

Essas são as taxas no crédito livre, nas quais os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes.

Já o crédito direcionado — com regras definidas pelo governo — é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 11,2% ao ano, estável no mês e com redução de 0,1 p.p., em 12 meses. Para empresas, os juros subiram 0,8 p.p., no mês, e caíram 0,7 p.p., em 12 meses, para 13% ao ano.

constar no informe de rendimento incluem: salário bruto do ano-base; Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); Contribuições previdenciárias; benefícios, como vale-alimentação e vale-refeição; e outras deduções.

ISENÇÃO DO IR

Desde 1º de janeiro, os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil por mês têm isenção total do imposto de renda. Para rendas que chegam até R\$ 7.350, há redução gradual do imposto, com descontos maiores para valores próximos a R\$ 5 mil.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

COMÉRCIO

Governo adia vigência de regra sobre trabalho

SANDRA MANFRINI/AE

O governo federal prorrogou por mais 90 dias o início da vigência da regra sobre trabalhos em feriados no comércio. A Portaria 3.665/2023 determina que o funcionamento do comércio em feriados depende de autorização prevista em convenção coletiva entre empregadores e trabalhadores, respeitada a legislação municipal. A

decisão do Ministério do Trabalho será oficializada em publicação no Diário Oficial da União de hoje. "Com a prorrogação, o Governo do Brasil amplia o prazo para que representantes de trabalhadores e empregadores avancem nas negociações sobre a regulamentação do tema, reafirmando o compromisso com o diálogo social e a valorização da negociação coletiva", diz o ministério do Trabalho em nota di-

vulgada ontem. A Pasta informou ainda que será instituída uma comissão bipartite, com 10 representantes dos trabalhadores e 10 dos empregadores. As entidades terão cinco dias para indicar ao ministério os nomes que integrarão o colegiado. O objetivo da comissão, que será assessorada pelo Ministério do Trabalho, será debater as regras relacionadas ao trabalho em feriados no comércio e bus-

car consenso entre as partes. "A medida reforça a diretriz do governo de construir soluções negociadas, com participação ativa dos setores envolvidos, assegurando equilíbrio nas relações de trabalho e segurança jurídica para empregados e empregadores." A medida corrige norma introduzida no governo anterior, que editou a Portaria 671/2021 que autorizava unilateralmente o trabalho em feriados.

AMCHAM

Tarifas foram reduzidas para 34,9% das exportações aos EUA

EDUARDO LAGUNA/AE

Produtos que representam 34,9% das exportações brasileiras aos Estados Unidos, o equivalente a US\$ 14,9 bilhões, tiveram sobretaxas reduzidas para 10% ou mesmo eliminadas, como no caso das aeronaves. O levantamento é da Amcham Brasil, que aponta um alívio no curto prazo com a decisão tomada na sexta-feira pela Suprema Corte americana que derrubou tarifas que, para os produtos brasileiros, custavam de 40% a 50%. Após o julgamento, o governo americano revogou essas tarifas, que variavam entre par-

ceiros comerciais. Porém, também estabeleceu, para todos os países, uma tarifa global de 10%, cuja alíquota pode subir para 15%. A Amcham observa que, apesar do alívio a uma parcela relevante das exportações brasileiras, os riscos permanecem, dado que novas decisões podem ser tomadas pela política comercial do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Entre elas, está a possibilidade de sanções contra o Brasil a depender da conclusão das investigações, com base na seção 301 da Lei de Comércio, sobre políticas e práticas que, para Trump, prejudicam empresas

americanas. Nesse sentido, a Amcham comenta que o encontro, previsto para o mês que vem, em Washington, entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Trump representa uma oportunidade de negociação. "A redução das sobretaxas traz impacto imediato ao melhorar as condições de competitividade das exportações brasileiras. No entanto, o avanço das negociações entre os governos do Brasil e dos EUA continua sendo fundamental para evitar novas restrições comerciais e explorar oportunidades para ampliar o comércio e os investimentos bilaterais", comenta

Abrão Neto, presidente da Amcham Brasil. Entre os itens que tiveram redução relevante de alíquotas no mercado americano, a Amcham cita máquinas e equipamentos, açúcar, madeira processada, transformadores elétricos, tratores agrícolas, tabaco, granito, café solúvel, álcool etílico industrial, derivados proteicos e diversos produtos manufaturados. Além das aeronaves, passaram a ficar totalmente livres de sobretaxas produtos como nióbio, metais industriais, turbinas, geradores, instrumentos automáticos e partes de aeronaves.

ORÇAMENTO TRIPLICADO

Senado aprova incentivos à indústria química e petroquímica

VICTOR OHANA/AE

O Senado Federal aprovou, ontem, um projeto de lei complementar que institui um regime tributário de transição para a indústria química e petroquímica em 2026, com um incentivo três vezes maior do que o previsto anteriormente para o Orçamento deste ano, de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões. Foram 59 votos favoráveis e três contrários. Já aprovada na Câmara, a matéria vai à sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A proposta regulamenta alíquotas temporárias de PIS/Pasep e Cofins para o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), até que entre em vigor, em 2027, o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq). O Orçamento de 2026 previa somente R\$ 1,1 bilhão para a medida, mas o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (**foto**), anunciou na semana passada que o governo elevaria o valor destinado ao regime de transição. O projeto apresentado por Carlos Zarattini (PT-SP) previa somente que a renúncia fiscal decorrente de determinado benefício tributário seria limitada a R\$ 1,1 bilhão no exercício de 2026. Porém, o relator, Afonso Motta (PDT-RS), passou a dividir o limite em dois blocos. O relator adicionou um limite de R\$ 2 bilhões para outra parte dos benefícios tributários ao setor, ampliando o teto global. A justificativa do projeto inicial já previa uma renúncia total de R\$ 3,1 bilhões, mas o relator incorporou a ideia ao texto de fato. O projeto também passou a prever que os benefícios fiscais sejam extintos no mês seguinte àquele em que forem alcançados os limites fixados.



PAULO PINTO/ABRASIL

De acordo com o projeto, o impacto é compensado pela previsão de R\$ 1,1 bilhão para essa finalidade na projeção de receita da Lei Orçamentária Anual de 2026 e pela compensação, no valor de R\$ 2 bilhões, relativa ao ganho de arrecadação propiciado pela lei que instituiu uma redução linear de 10% em benefícios fiscais federais. O texto prevê que a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas pelo produtor ou importador de nafta petroquímica incidentes sobre a receita bruta decorrente desse produto

às centrais petroquímicas serão calculadas com base nas alíquotas de 1,52% e 7% para os fatos geradores ocorridos de janeiro de 2025 a fevereiro de 2026 e de 0,62% e 2,83% para os fatos geradores ocorridos de março de 2026 a dezembro de 2026. A regra passará a ser aplicada para as vendas de gás natural e amônia para a produção de cianeto de sódio, ácido cianídrico, metacrilatos, acetona, nitrato de amônio, ácido metacrílico, hidrogênio, monóxido de carbono e dióxido de carbono. Também prevê

a aplicação das regras para a venda de n-parafina, óleo de palmiste, cumeno e 1,2-dicloroetano para insumo na produção de itens como polietileno, polipropileno, dicloroetano, entre outros produtos. Na justificativa, são mencionados "desafios estruturais severos" no setor. Os autores da proposta mencionam o elevado custo do gás natural e um déficit na balança comercial de produtos químicos, que atingiu US\$ 44,1 bilhões em 2025, de acordo com números apresentados por ele.

PROCONSP

4 em 10 usuários de bets já se endividaram após apostarem online

LETÍCIA CORREIA/AE

O Procon-SP apontou em levantamento divulgado ontem, que 39,7% dos apostadores se endividaram após passarem a usar sites de jogos e apostas online, as chamadas bets. A pesquisa também indica aumento no valor das apostas: 30,1% dos entrevistados afirmaram gastar, em média, mais de R\$ 1.000 por mês. O relatório identificou sinais de alerta no comportamento dos apostadores. Mais da metade (56,6%) afirmou se sentir influenciado por propagandas com celebridades. Além disso, 52,4% disseram ter comprometido parte significa-

tiva da renda, recorrendo inclusive a dinheiro aplicado ou a empréstimos para continuar apostando. "Esse é um dos pontos mais expressivos em comparação com 2025 e reforça a importância de um monitoramento contínuo deste mercado e de indicadores sobre essas relações de consumo para proteção do cidadão", afirma a diretora adjunta de Estudos e Pesquisas do Procon-SP, Elaine da Cruz. O dado integra a segunda edição da pesquisa comportamental do órgão sobre o tema, realizada entre 4 de dezembro de 2025 e 9 de janeiro de 2026, com 2.724 consumidores

BANCO DIGITAL

Nubank tem lucro líquido de US\$ 894,8 mi no 4º trimestre

ANDRÉ MARINHO E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O Nubank teve lucro líquido recorde de US\$ 894,8 milhões no quarto trimestre de 2025, alta de 50% na comparação com o mesmo período do ano anterior, descontados os efeitos do câmbio. Na comparação com o terceiro trimestre, o crescimento foi de 13%. O retorno sobre o patrimônio (ROE, na sigla em inglês) ficou no nível recorde de 33%, de 29% há um ano. Em 2025, o lucro anual foi de US\$ 2,9 bilhões, comparado com US\$ 2,0 bilhões em 2024. No quarto trimestre, as receitas da fintech cresceram 45% na comparação anual, também descontado o efeito do câmbio, para US\$ 4,857 bilhões, outro nível recorde. Em clientes, o banco digital seguiu atraindo mais pessoas. Foram adicionados mais 4 milhões no trimestre e 17 milhões em 2025, isso considerando o Brasil e os outros países que a fintech opera - México e Colômbia. No Brasil, chegou a 113 milhões de clientes, a segunda maior instituição financeira em número de clientes do País, atrás apenas da Caixa Econômica Federal, de acordo com o Banco Central. "No quarto trimestre de 2025, aumentamos nossa escala, aprofundamos o engajamento e expandimos a lucratividade, encerrando o ano com 131 milhões de clientes", comenta o fundador e CEO do Nubank, David Vélez no balanço. "Ao iniciarmos 2026, permanecemos totalmente focados em vencer na América Latina, enquanto construímos as alavancas que permitirão

ao Nubank evoluir para uma plataforma global de serviços financeiros digitais ao longo do tempo", ressalta ele em comentário no balanço, fazendo alusão ao pedido para operar nos Estados Unidos. Para o diretor financeiro do Nubank, Guilherme Lago, a fintech entra em 2026 "como um carro que está andando numa velocidade de crescimento de quase 40% ao ano, com uma rentabilidade de mais de 30%, mas com o tanque muito cheio". Ou seja, o banco tem muito mais capital que o exigido pelos reguladores. Por exemplo, se for preciso manter R\$ 100, o Nubank tem R\$ 250. Na qualidade dos ativos de crédito, a taxa de inadimplência curta, para atrasos entre 15 e 90 dias, ficou em 4,1%, de 4,3% no trimestre anterior. Já a mais longa, para atrasos acima de 90 dias, ficou em 6,6%, ante 6,7% no trimestre anterior e um ano antes. A queda, segundo Lago, já era esperada, por ser o quarto trimestre sazonalmente mais favorável à queda da inadimplência, por exemplo, pelo pagamento do 13º salário. A carteira de crédito do Nubank somou US\$ 32,7 bilhões no trimestre, com alta anual de 40% e avanço de 11% na comparação trimestral. A receita financeira líquida de juros (NII, na sigla em inglês) aumentou 13% no comparativo trimestral, atingindo US\$ 2,8 bilhões, novo recorde histórico. Já a margem financeira líquida (NIM, na sigla em inglês) ajustada ao risco foi de 10,5% no quarto trimestre, de 10,8% nos três meses anteriores e 9,9% no trimestre final de 2024.

Nota

ALCKMIN: GOVERNO PREPARA DECRETO DE SALVAGUARDAS NO ACORDO MERCOSUL-UE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que o decreto sobre as salvaguardas do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE) será enviado para a Casa Civil, onde passará por análise jurídica antes da publicação. A salvaguardas são instrumentos de proteção a produtores nacionais. O texto prevê mecanismos para proteger produtos agrícolas, caso sejam sancionados por organismos europeus. Isso porque, no final do ano passado, o Parlamento Europeu aprovou regras mais rígidas para importações agrícolas vinculadas ao acordo com o Mercosul, cujas medidas seriam acionadas se importações em grande volume causarem ou ameaçarem prejuízo grave aos produtores europeus. O setor do agronegócio nacional quer que essas salvaguardas sejam assumidas também pelo governo brasileiro, em caso de aumento das importações de produtos europeus concorrentes. "Sempre há uma preocupação de alguns setores. Então, nós estamos encaminhando hoje a proposta, para passar pelos ministérios, o decreto de salvaguardas", declarou o vice-presidente. A fala foi feita após reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta e o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), relator do projeto que ratifica o acordo entre o bloco europeu e o sul-americano, que vai criar uma das maiores zonas de livre comércio do planeta.

Nota em Português na gestão Tarcísio ainda patina

RENATA CAFARDO/AE

O desempenho dos alunos do 9º ano de São Paulo em Língua Portuguesa na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) cresceu

entre 2024 e 2025, mas não chegou ao registrado no fim do governo anterior, em 2022. O governo atual teve queda histórica em 2023, com alguma recuperação no ano seguinte e agora, mais uma vez, está tentando chegar ao patamar anterior.

Também não atingiu a nota que os alunos do Estado tinham antes da pandemia de covid.

Os resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) foram divulgados ontem,

no Palácio dos Bandeirantes.

Essa foi a primeira vez em quatro anos de mandato que o governador Tarcísio participou da divulgação das notas.

A nota de Português do 9º ano ficou em 243,0 no Saresp

2025. No último ano da gestão

João Doria/Rodrigo Garcia, havia sido de 244,2. Já em 2019, antes da pandemia, era de 249,6.

As três notas estão no patamar considerado básico pelo governo, que significa que eles têm

domínio mínimo dos conteúdos aos 14 anos (há ainda os níveis abaixo do básico, adequado e avançado).

Segundo o governador, o desempenho atual dos alunos do 9º ano em Português ainda é resultado dos impactos da pandemia. "Tenho certeza que quando os alunos mais novos chegarem ao 9º ano os resultados serão melhores", afirmou.

TOP SERVICE SERVICOS E SISTEMAS S/A

[illegible][illegible]

Caso Marielle

Supremo condena irmãos Brazão a 76 anos de prisão

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem as penas dos condenados pela participação no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio de Janeiro. Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), e Chiquinho Brazão, ex-deputado fede-

ral, foram condenados a 76 anos e três meses pelos crimes de organização criminosa, duplo homicídio e tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves, assessora de Marielle, que sobreviveu ao atentado. Eles estão presos preventivamente há dois anos e podem recorrer da condenação. Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, recebeu pena de 18 anos de prisão pelos crimes de obstrução

de Justiça e corrupção. Apesar de ter sido denunciado pelos homicídios de Marielle e Anderson, Barbosa foi absolvido dessa acusação. Ronald Alves de Paula, major da Polícia Militar, recebeu pena de 56 anos de prisão. Robson Calixto, ex-policial militar, foi condenado a 9 anos. **PERDA DOS CARGOS** Pela decisão, os acusados também devem perder os car-

gos públicos após o trânsito em julgado da condenação, ou seja, após o fim da possibilidade de recursos. **INDENIZAÇÃO** Todos dos condenados também deverão pagar indenização de R\$ 7 milhões por danos morais, sendo R\$ 1 milhão para Fernanda Chaves, R\$ 3 milhões aos familiares de Marielle e mais R\$ 3 milhões para a família de Anderson Gomes.

Condenação é recado para quem debochou de Marielle, diz Anielle

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco (**foto com a família**), disse ontem que a condenação dos réus acusados de participação no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018, no Rio de Janeiro, representa um recado para quem debochou das mortes ao longo da investigação. Anielle é irmã da vereadora. A ministra e os demais familiares da vereadora e do motorista acompanharam o julgamento presencialmente. Anielle relembrou que os familiares foram alvo de deboche ao cobrarem a punição dos envolvidos no crime. “Isso (condenação) é também um recado para uma parcela da sociedade que debochou da morte da minha irmã. Uma parcela da sociedade, que, em todo ano eleitoral, traz minha irmã como um elemento descartável, sendo apenas mais uma, ou como falavam, mimimi sobre Marielle Franco”, afirmou. Marinete Silva, mãe de Marielle, disse que o julgamento é histórico e que a família sai do julgamento com o "coração acalentado" com a condenação dos envolvidos. “É um alívio, porque a pergunta que ecoava no mundo era: quem



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

mandou matar Marielle? Hoje, sabemos. A gente sai daqui com a cabeça erguida", declarou. O pai de Marielle, Antonio Francisco, teve um pico de prisão durante o julgamento e passou mal. Após ser atendido por uma equipe médica, ele conversou com a imprensa e disse que “foram quase oito anos de angústia” até a condenação dos envolvidos.

Agatha Reis, viúva de Anderson Gomes, disse esperar que a condenação dos acusados de homicídio alcance outras pessoas que aguardam resposta da Justiça. "Ainda há esperança, ainda há quem faça o bem. O mal não vai sobreviver. Hoje foi prova disso", disse. Fernanda Chaves, assessora de Marielle e que sobreviveu ao

atentado, disse que o STF tomou uma decisão histórica no combate à violência de gênero na política. "O Estado brasileiro passa o recado de que crimes como esse, o feminicídio político não é tolerável. O Brasil responde ao mundo uma pergunta que a gente passou se fazendo por oito anos, quase uma década. É muito tempo", completou.

Melhor Janeiro

Rio de Janeiro abre 2026 com alta de 17% no turismo internacional

O Rio de Janeiro iniciou 2026 mantendo o ritmo histórico que marcou o ano anterior. O estado recebeu 289.255 turistas internacionais em janeiro, um crescimento de 17% em relação ao mesmo período de 2025, quando 240.151 visitantes desembarcaram em território fluminense. O resultado reforça a tendência de expansão registrada ao longo de 2025, ano em que o Rio alcançou o melhor desempenho da história, com 2.196.443 estrangeiros. Agora, a meta do Governo do Estado é chegar à marca de 2,5 milhões de visitantes internacionais em 2026, um crescimento estimado de aproximadamente 15% sobre o volume recorde do ano passado. “O turismo é uma das principais engrenagens da nossa economia. Investimos na promoção internacional, na recuperação da

conectividade aérea e na segurança para garantir que o Rio de Janeiro volte a ocupar a prateleira dos grandes destinos globais. Os resultados de janeiro mostram que estamos no caminho certo e que 2026 pode ser ainda melhor do que 2025”, declarou o governador Cláudio Castro. A Argentina segue como principal mercado emissor para o estado. Em janeiro, o número de argentinos saltou de 100.050, em 2025, para 138.951 em 2026, um avanço de 38,8%. Outros países sul-americanos também mantiveram forte presença, como o Chile, que enviou 50.718 turistas (+3,69%), e o Uruguai, com 10.461 visitantes (+1,06%). O crescimento também se estende para além da América do Sul. Os Estados Unidos registraram aumento de 24,5%, passando de 17.875 para 23.703 turistas.

Já a França enviou 6.571 visitantes em janeiro, alta de 19,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. “Começar o ano com crescimento de 17% sobre uma base já recorde mostra que o Rio de Janeiro entrou em um novo patamar no turismo internacional. Estamos ampliando mercados, fortalecendo a conectividade aérea e promovendo o estado de forma estruturada no exterior. Nossa meta é alcançar 2,5 milhões de turistas internacionais em 2026, consolidando esse ciclo de crescimento sustentável que gera emprego, renda e desenvolvimento em todas as regiões”, destacou Tutuca. **VERÃO EM ALTA** Com o verão em alta e um calendário estruturado de eventos ao longo do ano, o Rio de Janeiro

mantém o protagonismo como principal porta de entrada do turismo internacional no Brasil e projeta mais um ciclo de crescimento para o setor. Os resultados de janeiro reforçam a estratégia consistente de promoção internacional adotada pela Secretaria de Estado de Turismo. Ainda no início do ano, o Rio marcou presença na Fitur, em Madri, uma das maiores feiras de turismo do mundo, ampliando o diálogo com o mercado europeu. Nesta semana, o secretário de Estado de Turismo, Gustavo Tutuca, está em Portugal participando da BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa). A agenda contempla reuniões com operadores, companhias aéreas, investidores e imprensa especializada, ampliando a presença do destino na Europa e consolidando o trabalho de captação de novos fluxos para 2026.

Nota

ONCO BAIXADA ZERA FILA PARA CONSULTAS EM MASTOLOGIA ONCOLÓGICA NA CAPITAL E NA BAIXADA

A fila de 162 pacientes que aguardavam pela primeira consulta em mastologia oncológica na capital e Baixada Fluminense, região que concentra a maior demanda para o serviço, foi zerada na segunda-feira passada pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ). Parte dos pacientes será atendida no Instituto Estadual de Oncologia da Baixada Fluminense, o Onco Baixada, primeira unidade exclusiva para tratamento de câncer, inaugurada em 11

de fevereiro. “O Onco Baixada é um marco histórico para a população não só da Baixada Fluminense, mas de todo o estado. Oferece consultas e procedimentos no mesmo lugar, além de contar com o apoio do Rio Imagem Baixada, que funciona ao lado e oferece exames. Com saúde de qualidade perto de casa, as pessoas não precisarão percorrer grandes distâncias e diminuir as chances de abandono do tratamento”, disse o governador Cláudio Castro. Com investimento de R\$ 87,3 milhões, o Onco Baixada possui 12 mil metros quadrados e funciona ao lado do Rio Imagem Baixada.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist. Arcebispo do Rio de Janeiro

O deserto florescerá - O profundo e transformador sentido da Quaresma

A liturgia da Igreja muda de cor e se veste de roxo. O canto solene do “Aleluia” se cala em nossos lábios. Um clima de nobre sobriedade toma conta de nossas celebrações, dos nossos paramentos e do nosso espírito. Nós iniciamos agora, com a graça de Deus, o sagrado e favorável tempo da Quaresma. Percebo que muitos católicos ainda olham para este período litúrgico com um sentimento equivocado de medo, tristeza ou peso. Eles pensam que a Quaresma significa apenas sofrimento, dor, proibição e rosto fechado. Precisamos corrigir esse olhar com urgência. A Igreja não instituiu a Quaresma para celebrar a dor. A Igreja nos dá a Quaresma para celebrar a preparação para a Vitória definitiva. Nós entramos num grande retiro espiritual de quarenta dias para redescobrir quem nós somos de verdade e quem Deus é para nós. O nosso amado Papa Leão XIV nos lembrou recentemente, em sua pregação, que “a Quaresma é a primavera da alma”. O Pontífice diz que precisamos ter a coragem de podar os galhos secos e mortos para que a vida nova brote com vigor na manhã da Páscoa. O número quarenta possui um simbolismo riquíssimo nas Sagradas Escrituras e orienta a nossa compreensão deste tempo. O povo de Israel caminhou quarenta anos pelo deserto, entre a escravidão do Egito e a liberdade da Terra Prometida, para aprender a confiar na providência divina. O profeta Elias caminhou quarenta dias e quarenta noites até a montanha de Deus para renovar a sua vocação profética. O próprio Jesus, impelido pelo Espírito, jejuou quarenta dias no deserto antes de começar sua missão pública e enfrentar o tentador. Esse número indica um tempo necessário para uma obra completa e madura. Deus não faz as coisas de qualquer jeito nem com pressa. Deus respeita o tempo de amadurecimento da semente. Nós vivemos hoje na cultura do “tudo agora”, do “clique rápido”, da resposta imediata e da ansiedade. A Quaresma freia essa pressa doentia. Ela nos ensina que a verdadeira conversão exige paciência, processo, pedagogia e perseverança. O significado central e profundo da Quaresma gira em torno da palavra grega metanoia. Essa palavra significa muito mais do que apenas pedir desculpas por um erro pontual. Ela significa “mudança de mentalidade”. Converter-se quer dizer mudar a direção do olhar, dos pensamentos e dos passos. Nós caminhamos muitas vezes distraídos pela vida, focados apenas no lucro financeiro, no prazer imediato ou na vaidade pessoal. A Quaresma nos para no meio do caminho e pergunta: para onde você está indo com tanta pressa? Será que essa estrada larga leva para a vida plena ou para o abismo do vazio? O profeta Joel grita na liturgia: “Voltai para mim de todo o coração”. Deus não quer apenas ritos externos ou aparências de piedade. Deus quer a nossa vontade sintonizada com a vontade dele. Nós podemos entender a riqueza teológica da Quaresma através de três chaves de leitura fundamentais que a Igreja nos oferece: a dimensão batismal, a dimensão penitencial e a dimensão da Paixão. Primeiro, olhemos para a dimensão batismal. Nos primeiros séculos da Igreja, a Quaresma servia principalmente como a reta final de preparação intensa para os catecúmenos que receberiam o Batismo na noite santa da Páscoa. Toda a comunidade cristã rezava, jejuava e instruía esses novos irmãos. Hoje, nós já somos batizados, mas precisamos renovar a nossa escolha fundamental por Cristo. A rotina e o pecado mancham a nossa veste branca. A Quaresma nos convida a limpar essa veste. Nós caminhamos para a Vigília Pascal com o desejo ardente de renovar as nossas promessas batismais com consciência e fervor. Nós queremos ter a força de dizer “não” ao demônio e às suas seduições e dizer “sim” a Deus com uma maturidade nova. A Quaresma funciona como um grande retiro para recuperarmos a dignidade de filhos amados que o Batismo nos deu. Segundo, consideramos a dimensão penitencial. Nós reconhecemos com humildade que somos pecadores. Não adianta esconder a sujeira debaixo do tapete ou fingir uma santidade que não temos. O cristão realista sabe que carrega fraquezas, vícios e tendências ao mal. A penitência funciona como um remédio amargo, mas necessário, e não como um castigo vingativo. Quando a Igreja pede jejum, abstinência e obras de caridade, ela oferece uma terapia para a alma. O jejum cura o nosso apego desordenado aos sentidos e ao conforto. A esmola cura o nosso apego à segurança do dinheiro e à ganância. A oração cura o apego ao próprio ego e à soberba. O Papa Leão XIV insiste vigorosamente que a penitência moderna precisa incluir o “jejum da indiferença”. O Papa nos ensina que precisamos sentir a dor do outro na nossa própria carne. A penitência quebra a casca dura do nosso coração endurecido e nos faz mais humanos, mais fraternos e mais sensíveis à voz de Deus. Terceiro, vivemos a dimensão da Paixão. Nós acompanhamos Jesus que sobe decididamente para Jerusalém. Ele sabe que a Cruz e o sofrimento o esperam. Mesmo assim, Ele caminha com decisão, liberdade e amor infinito. A Quaresma nos ensina a abraçar as nossas cruzes cotidianas sem revolta. O desemprego que assusta, a doença que debilita, a violência urbana que fere o nosso Rio de Janeiro, as crises familiares que nos entristecem. Tudo isso pesa nos nossos ombros. Mas a Quaresma nos diz que não carregamos esse peso sozinhos. Cristo carrega a cruz conosco. E, mais importante ainda, a Cruz não é o fim da linha. A Cruz serve de passagem, de ponte. O sofrimento, quando vivido em união com Cristo, ganha valor de redenção e de amor. Nós vivemos na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, uma cidade maravilhosa que muitas vezes parece um deserto de concreto, de violência armada e de barulho ensurdecador. Precisamos criar “oásis” de silêncio e oração no meio desse caos. O deserto bíblico era o lugar da prova e da tentação, mas também era o lugar do encontro íntimo e exclusivo com Deus. O Senhor disse pelo profeta Oseias: “Eu a conduzi ao deserto e falarei ao seu coração”. Eu peço que vocês aproveitem estes dias santos para desligar um pouco o rádio, a televisão e as notificações do celular. Deus fala na brisa suave do silêncio. Se nós não silenciarmos o exterior e o interior, nós não escutamos a voz suave do Espírito Santo. O combate espiritual marca profundamente este tempo litúrgico. O diabo tentou Jesus no deserto e tenta a nós hoje com as mesmas estratégias. Ele oferece o ter, o poder e o prazer como caminhos de felicidade. Ele sugere que a realização está no dinheiro fácil, na corrupção, na exploração do próximo ou na satisfação imediata dos instintos.

SENADO

PEC contra reeleição para presidente: Flávio colhe assinaturas

NAOMI MATSUI
E GEOVANI BUCCI/AE

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, começou a coletar assinaturas para uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com a reeleição para o cargo de presidente da República. Até o momento, o senador conseguiu 14 das 27 assinaturas necessárias para protocolar o projeto no Senado.

A vedação de reeleição

também valeria para quem suceder ou substituir o presidente nos seis meses anteriores às eleições. A reeleição para governadores e prefeitos ficaria mantida, tal como é hoje.

Flávio argumenta que a possibilidade de reeleição consecutiva para presidente "enfraquece a independência decisória do governante": "Há um estado permanente de eleição, no qual a governabilidade se confunde com a viabilidade eleitoral", justificou.

PROCESSO

Receita Federal pede custódia de joias dadas a Bolsonaro

MARIA MAGNABOSCO/AE

A Receita Federal apresentou um pedido de custódia das joias sauditas dadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e apreendidas pela Polícia Federal, para iniciar o procedimento fiscal de perdimento dos bens.

O pedido da Receita foi feito à PF no âmbito do inquérito que investiga Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Em 2023, o Estadão revelou que o governo de Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o Brasil presentes do regime da Arábia Saudita para o então presidente e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Os itens foram apreendidos no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Reportagens mostraram que o governo Bolsonaro fez reiteradas tentativas para obter as peças sem pagar o imposto e a multa estipulados por lei para esses casos. A última ocorreu dois dias antes do fim do mandato de Bolsonaro,

em dezembro de 2022.

Após o Estadão ter revelado o caso, Michelle disse que "não estava sabendo" que tinha "tudo isso", referindo-se às joias. "Quer dizer que, 'eu tenho tudo isso' e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo da falta de cabimento dessa imprensa (sic) vexatória", publicou Michelle no Instagram em março daquele ano.

Jair Bolsonaro disse à *CNN* Brasil que não tinha conhecimento dos presentes e dos valores, mas que as joias iam para o acervo da Presidência. Negou que tenha cometido alguma ilegalidade.

Em julho de 2024, com base na investigação do Estadão, a Polícia Federal indiciou Jair Bolsonaro por peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. A Operação Lucas 2:22 reconstituiu o esquema organizado para desviar presentes de alto valor para serem posteriormente vendidos no exterior. Outros dez investigados também foram indiciados.

BICHOS

Senado aprova política de proteção a animais resgatados em desastres



LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 2950/2019 que estabelece ações de proteção a animais afetados por emergências, acidentes e por desastres. O projeto, que vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados, com regras para resgate, acolhimento e destinação de animais afetados e altera leis ambientais e de segurança de barragens.

A proposta visa estruturar protocolos permanentes para atuação preventiva e coordenada em casos de emergência. O projeto também prevê medidas preventivas e reparatórias que deverão ser adotadas por empreendedores sujeitos a licenciamento ambiental.

O foco é a redução da mortalidade de animais domésticos e silvestres em desastres por meio da integração de políticas de proteção ambiental e defesa civil e da maior conscientização sobre direitos e bem-estar animal.

STF

Paulo Gonet critica Dino e ‘defende’ penduricalhos

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, criticou a decisão do ministro Flávio Dino que determinou a revisão dos "penduricalhos" pagos a todos os servidores públicos dos Três Poderes a partir de uma reclamação que, na sua origem, era restrita a procuradores de Praia

Grande (SP).

"A decisão liminar cuida de um tema alheio ao objeto da causa, e que não era necessário para o próprio julgamento da reclamação", afirmou em sustentação oral no julgamento da liminar no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão foi suspensa e a discussão será retomada hoje com os votos dos ministros.

Gonet destacou que respeitar

o pedido da ação é importante para limitar a atuação do Judiciário e que a alteração do objeto do pedido ofende o princípio da separação dos poderes. "A vinculação da jurisdição ao pedido é fórmula de limitação do poder Judiciário, é aspecto crucial do sistema de pesos e contrapesos", salientou.

"A questão que se põe neste caso é da mais impactante re-

percussão para o próprio sistema constitucional. O precedente que se pode formar aqui tem potencialidade de afetar substancialmente os limites até agora impostos ao poder de agir do Tribunal", complementou.

Gonet ressaltou que o tema debatido na ação é de "premente importância" e que a crítica é sobre a forma de discussão do problema.

Dino: teto de R\$ 46,3 mil só é observado pelo Supremo e talvez uma meia dúzia de órgãos

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino disse que somente a própria Corte e "talvez uma meia dúzia de órgãos" respeitam o teto do funcionalismo, equivalente ao salário de um ministro da Corte (R\$ 46,3 mil). "Qual é o teto que vigora hoje no Brasil? Quem souber responder esta pergunta ganha um prêmio. Ninguém sabe", destacou. "Hoje, devemos ter 2 mil ou 3 mil tetos vigentes no Brasil, porque depende da interpretação de cada órgão pagador".

Dino também afirmou que, desde 2000, o Supremo julgou 13.925 ações sobre teto salarial. "É impossível garantir a autoridade da decisão do tribunal com este estado fático. E tampouco é possível deslindar cada caso concreto, porque hoje, objetivamente, o teto de R\$ 46 mil reais só é observado o Supremo e mais, talvez, uma meia dúzia de outros", afirmou.

A decisão de Dino foi tomada numa ação apresentada por associação de procuradores municipais do litoral centro sul de São Paulo. O pedido original afetava apenas procuradores municipais de Praia Grande.



Dino entendeu, no entanto, que o tema já foi tantas vezes discutido e há tantos exemplos de pagamentos irregulares que decidiu ampliar o alcance de sua decisão para demais Poderes, incluindo o governo federal.

A Corte julga se confirma a liminar de Dino que deu prazo de 60 dias para órgãos dos Três

Poderes revisarem todas as verbas de caráter indenizatório, os chamados "penduricalhos" que contribuem para os salários de servidores públicos ultrapassarem teto. Após esse prazo, todos os adicionais que não tiverem previsão legal serão suspensos.

Os ministros analisam em

conjunto a liminar do ministro Gilmar Mendes que proíbe a criação de "penduricalhos" no Ministério Público e no Judiciário por meio de atos administrativos e leis estaduais. De acordo com a decisão, só podem ser pagas as verbas expressamente previstas em lei aprovada pelo Congresso Nacional.

CONGRESSO

Motta diz que Câmara deve votar PEC da Segurança na próxima quarta-feira

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O Presidente da Câmara, o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) afirmou ontem, que o Plenário da Casa deve votar a PEC da Segurança na próxima quarta-feira. A votação deve ocorrer após uma sessão em comissão especial, marcada para terça-feira.

Motta disse que a proposta é uma das prioridades da agenda legislativa deste ano, apesar de ter sido adiada em 2025. Nesta quarta, o deputado voltou a defender a importância da PEC para

o enfrentamento ao crime organizado.

"Na semana que vem, estaremos votando a PEC da Segurança. O relator e o presidente da comissão especial deverão chamar sessão na próxima terça-feira e, na quarta, estaremos pautando no Plenário a votação da PEC, que será também uma medida estruturante para que o nosso país possa enfrentar o crime organizado", afirmou.

A proposta trata sobre as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos

Municípios relativas à segurança pública. Assim como ocorreu com o PL Antifacção, aprovado pela Câmara na terça-feira, pontos do texto provocaram divergências entre governistas e oposição.

Para integrantes do governo, o relatório apresentado por Mendonça Filho (União-PE) esvazia o papel da União no combate ao crime organizado. O relator rebateu as críticas e afirmou que o parecer busca ampliar a integração e a cooperação entre os entes federativos, mas com maior protagonismo

dos estados.

O texto também abre a possibilidade de redução da maioridade penal por meio de referendo popular previsto para 2028 e prevê o endurecimento de regras para integrantes de facções, dificultando a progressão de regime e a celebração de acordos de não persecução penal.

As alterações vão na contramão do que havia sido proposto pelo então ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que deixou o cargo em meio à tramitação da PEC.

AEROPORTOS

TCU solicita de Tribunais Superiores informações sobre ‘salas VIP’

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) deliberou ontem, que vai realizar diligência junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para

que, no prazo de 15 dias, encaminhem documentos ou esclarecimentos relacionados a contratos para acesso em salas exclusivas no Aeroporto Internacional de Brasília (AIB).

Foram solicitadas, por exemplo, cópias dos contratos vigentes, expirados e correlatos

à contratação de salas VIP, além de justificativas técnicas, modalidades de contratação, fundamentos legais e estudos de viabilidade e comparativos de alternativas a essas contratações.

O caso foi apreciado após o Congresso Nacional requerer

auditoria nos contratos firmados pelo STF, STJ e TST para acesso a salas exclusivas no Aeroporto de Brasília. Nesta quarta, não houve avaliação de mérito da questão. A diligência vai subsidiar uma eventual análise conclusiva.

ESTUPRO

Senado aprova vulnerabilidade absoluta para menor de 14 anos

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 2195/2024, que considera a absoluta vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável, para estabelecer a aplicação das penas, independente da experiência sexual da vítima ou se o crime resultar em gravidez. O projeto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto altera o artigo 217-A do Código Penal, que trata da tipificação do crime de estupro de vulnerável. O texto diz que ter "conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos" é considerado estupro de vulnerável, punível com pena

de oito a 15 anos de reclusão.

Segundo a relatoria da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Eliziane Gama (PSD-MA), o projeto visa aprimorar a proteção de vítimas de estupro de vulnerável e reafirma o entendimento estabelecido na Súmula nº 593 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considera irrelevantes, para a caracterização de crime, o eventual consentimento da vítima, a sua experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso com o réu.

“A alteração que estabelece a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima reforça a intenção do legislador de não permitir discussões que possam

desvirtuar a finalidade da norma, focando na proteção do incapaz de consentir, como infelizmente ainda sói ocorrer com frequência nos julgados de alguns Tribunais de Justiça do país”, observou.

A aprovação do projeto vem na esteira do episódio em que a 9ª Câmara Criminal Especializada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que absolveu, por maioria de votos, um homem de 35 anos que havia sido condenado pelo estupro de uma menina de 12 anos. O argumento para a absolvição foi de que eles viviam juntos como um casal.

Diante da repercussão negativa do caso, o desembargador Magid Nauef Láuar, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, aca-

tou recurso do Ministério Público e manteve a condenação de um homem acusado de estuprar uma menina de 12 anos. A Justiça também expediu mandados de prisão contra o homem e a mãe da adolescente, acusada de convivência com o crime.

“Veja-se, portanto, que a explicitação de que a experiência sexual da vítima ou a ocorrência de gravidez são irrelevantes para a aplicação da pena elimina quaisquer interpretações que possam mitigar a gravidade do crime ou revitimizar a pessoa violentada. Essa medida confere maior segurança jurídica e clareza à legislação penal, contribuindo para a efetividade da repressão a esse grave delito”, disse a senadora.

PRESSÃO NO CONGRESSO

Ministro pede debate sobre recursos para combater crime organizado

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Após aprovação pela Câmara dos Deputados do PL Antifacção na noite de terça-feira, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Wellington Cesar Lima e Silva, disse ontem que é necessário que o Congresso debata propostas efetivas de recursos para combater o crime organizado no país. O PL aprovado prevê o aumento de penas pela participação em organização criminosa ou milícia.

“Nós temos certeza absoluta de que o Congresso brasileiro terá a oportunidade de viabilizar, no debate da PEC (da Segurança Pública), proposições es-

truturantes de financiamento da segurança pública”, afirmou o ministro, em entrevista à imprensa.

No texto final, aprovado ontem, acabou sendo retirada pela Câmara a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre bets (apostas esportivas) para financiar o combate ao crime organizado. O ministro disse que não tinha conhecimento que essa forma de financiamento seria rejeitada.

Na entrevista, no entanto, ele disse que o tema de recursos para segurança pública deve ser tratado com prioridade. Para o ministro, podem haver diferentes caminhos, além do financiamento do recurso das bets.

“O fundamental é que o Parlamento perceba essa expectativa e que seja atendido logo a seguir com a PEC, através de algum modelo que surja no Congresso ou que seja apresentado pelo governo.”

TEXTO FINAL

A par do revés em relação ao financiamento, Lima e Silva disse que o relatório final acolheu 14 das 23 propostas do Executivo para aperfeiçoar o texto final apresentado pelo relator da matéria, o deputado Guilherme Derrite (PP-SP).

“A nossa preocupação é dar à segurança pública e à população brasileira uma financiabilidade compatível com o tamanho do problema e da priorida-

de do assunto”, disse.

O ministro lembrou que a proposta original foi do governo federal e a aprovação, ao final de todo o processo, constitui um marco importante no combate ao crime organizado. Entre as propostas, ele entende que foi possível evitar uma potencial criminalização dos movimentos sociais e aperfeiçoamento dos tipos penais

Antes da possível sanção do presidente Lula, o ministro ainda disse que não foi definido se ocorrerão vetos ao texto aprovado pela Câmara. Há um prazo de 15 dias úteis, após recebimento da matéria. Segundo o ministro, a Casa Civil deve fazer as observações e encaminhar ao presidente.

CRIME ORGANIZADO

Caso Master: CPI do Crime convoca Vorcaro, Campos Neto e Paulo Guedes

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Entre dezenas de requerimentos aprovados ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Senado, estão os que determinam a convocação do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, do ex-presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e do ministro da Fazenda do governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes.

Quando uma pessoa é convocada, a ida à CPI não é opcional, podendo a Comissão pedir a condução coercitiva da testemunha ou do investigado em caso de ausência.

Ainda na sessão de ontem a CPI quebrou os sigilos fiscais e bancário do Banco Master e de sócios de Vorcaro, incluindo a convocação de outros dirigentes do banco investigado por fraudes calculadas entre R\$ 17 e 50 bilhões.

Foram ainda quebrados os sigilos da Reag Investimentos, empresa que liquidada pelo BC em janeiro deste ano por suspeita de participação nas fraudes do Banco Master.

O presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), afirmou que a Comissão inicia uma nova fase da investigação contra o crime organizado.

“Precisamos parar de concentrar o combate em ações pontuais nas periferias e levar nossas investigações também para os esquemas do andar de cima”, afirmou o parlamentar capixaba.

A CPI ainda aprovou convites, quando o comparecimento à CPI é opcional, aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes e Dias Toffi, também no contexto da investigação contra o Banco Master.

Outros convites aprovados no contexto da investigação do Banco Master foram do ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, do atual ministro da Casa Civil, Rui Costa, e do atual presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo.

EX-MINISTROS

Também foram aprovados requerimentos para convocação, quando há obrigação de comparecer, dos ex-ministros da Cidadania do governo Bolsonaro, João Roma e Ronaldo Vieira Remo.

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) argumentou que as convocações dos ex-ministros da Cidadania são importantes devido a supostos indícios que os ligariam ao banqueiro Daniel Vorcaro.

“Importante destacar a proximidade do senhor João Roma com o senhor Ronaldo Bento, tendo este substituído aquele no Ministério da Cidadania em 2022. Não se pode olvidar, ainda, que Ronaldo Bento consta como um dos diretores do Banco Pleno, de propriedade de Augusto de Lima, e recentemente liquidado pelo Banco Central”, disse no requerimento.

DESREGULAÇÃO

O pedido aprovado para con-

vocação do ex-presidente do BC Campos Neto aponta que a desregulação do mercado financeiro no governo Bolsonaro teria favorecido a prática de fraudes como a do Banco Master.

A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) destacou que Vorcaro tentou conseguir autorização para ingressar no sistema financeiro durante toda a década de 2010, mas conseguiu a liberação apenas durante a presidência de Roberto Campos Neto no Banco Central, em outubro de 2019.

“A diretoria colegiada do Banco Central, sob a Presidência de Roberto Campos Neto, autoriza a transferência de controle do Banco Máxima para Daniel Vorcaro, que posteriormente virou Master. A digital de Roberto Campos Neto é nítida e incontestável”, disse a parlamentar.

O requerimento apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) cita resoluções aprovadas pelo Banco Central durante a gestão de Campos Neto que promoveram a desregulamentação do sistema financeiro.

“É imperativo que esta Comissão compreenda a lógica e as motivações por trás dessas mudanças normativas e avalie se elas, inadvertidamente ou não, criaram um ambiente de menor controle que foi explorado por agentes do crime”, afirmou o senador baiano.

A oposição se opôs a convocação de Campos Neto, dizendo que ela tem motivação político-eleitoral, uma vez que o ex-pre-

sidente do BC foi nomeado no governo Bolsonaro, como afirmou o senador Marco Rogério (PL-RO).

“O que nós estamos observando na CPI, neste momento, é a tentativa de trazer para o debate figuras públicas que nada tiveram a ver, nada tiveram com o fato em si, para tentar colocá-las na mesma vala. Campos Neto foi um Presidente do Banco Central respeitado pelo Brasil e pela comunidade internacional”, ponderou o senador do PL.

PAULO GUEDES

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), ao justificar o pedido para convocar o ex-ministro da Fazenda Paulo Guedes, disse que é preciso investigar se as políticas de desregulação do mercado financeiro entre 2019 e 2022 criaram um ambiente para expansão da lavagem de dinheiro.

“Foram implementadas políticas que, sob o pretexto de modernizar e aumentar a competitividade, fragilizaram os mecanismos de controle do sistema financeiro”, disse Randolfe.

A convocação de Paulo Guedes também foi combatida pela oposição, que denunciou “uso político-eleitoral” da CPI por governistas, como destacou o senador Sérgio Moro (União-PR).

“Em nenhum lugar na imprensa, em lugar nenhum, apareceu qualquer referência a um envolvimento sequer remoto dele com o Banco Master. E aqui nós vamos convocar para quê? Para fazer o jogo político”, sugeriu o ex-juiz da Lava Jato.

BLOCOS ECONÔMICOS

Câmara aprova acordo comercial entre Mercosul e UE

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem o acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia. O texto do acordo foi aprovado terça-feira pela representação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Com a aprovação, o texto segue para votação no plenário do Senado. O acordo ainda tem que ser ratificado ainda nos Congressos da Argentina, Paraguai e Uruguai.

O Parlamento Europeu pediu ao Tribunal de Justiça da União Europeia uma avaliação jurídica sobre o acordo. A entrada em vigor apenas após conclusão de todos os trâmites.

O acordo, aprovado na Câmara em votação simbólica com voto contrário da federação Psol-Rede, cria uma área de livre comércio entre os dois blocos, com redução gradual de tarifas e preservação de setores considerados sensíveis, além de prever salvaguardas e mecanismos de solução de controvérsias.

Assinado no dia 17 de janeiro, no Paraguai, o acordo foi enviado para análise da representação brasileira no Parlasul pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 2 de fevereiro.

O debate na representação brasileira começou no dia 10 de fevereiro, quando o deputado Arlindo Chinaglia (PT-

SP) leu seu relatório sobre o acordo, mas um pedido de vista adiou a análise. Nesta terça-feira, o texto foi aprovado por unanimidade pela representação.

Por sugestão do relator, estarão sujeitos à aprovação do Congresso quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou em revisão do acordo, bem como eventuais ajustes que acarretem encargos ou compromissos para o Brasil

“O acordo abre uma nova etapa de cooperação e parceria entre os países do Mercosul e da União Europeia”, destacou Chinaglia no parecer.

O texto contém 23 capítulos que tratam, entre outros pontos, da redução de impostos de importação e da criação de regras para diversos setores. O Mercosul zerará tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já União Europeia eliminará tarifas sobre 95% dos bens do Mercosul em até 12 anos.

O acordo estabelece a maior zona de livre comércio do mundo, com mais de 720 milhões de habitantes. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) estima que a implementação do acordo pode incrementar as exportações brasileiras em cerca de US\$ 7 bilhões e ampliar a diversificação das vendas internacionais brasileiras, beneficiando inclusive à indústria nacional.

TRAGÉDIA

Chuvas em MG já deixaram 47 mortos e 20 desaparecidos

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CBMG) informou na noite desta quarta-feira que o número de mortos nas enchentes e nos deslizamentos causados pelas chuvas que atingem a Zona da Mata subiu para 47.

Ao todo, até o momento, foram recuperados 41 corpos de vítimas em Juiz de Fora e outros 6 em Ubá. O número de desaparecidos está em 20.

O efetivo empregado pelo Corpo de Bombeiros no trabalho de resgate e salvamento envolve cerca de 120 profissionais. De acordo com o coronel Joselito Oliveira de Paula, do 3º Comando Operacional de Bombeiros, em Juiz de Fora, uma das preocupações é que as famílias retiradas de áreas de risco não retornem aos locais.

"Pessoas que foram retiradas das áreas de risco voltaram, mas elas precisam desocupar essas áreas", alertou em coletiva de imprensa para atualizar os números da operação, no Parque Jardim Burrier, uma das localidades mais atingidas da cidade mineira.

A previsão indica a continuidade de chuvas na Zona da Mata, segundo o Corpo de Bombeiros, mas elas devem ser moderadas, o que pode facilitar o trabalho de resgate, e também de restabelecimento de serviços essenciais, como água e fornecimento de energia elétrica.

DESABRIGADOS

Segundo a Defesa Civil estadual, mais de 400 pessoas estão desabrigadas em Juiz de

Fora e outros 197 estão desalojados. Em Ubá, são 38 desabrigados e 321 desalojados. Mais de 200 pessoas já foram resgatadas de áreas de risco.

Desalojados são pessoas que deixaram suas casas por risco ou dano, mas têm para onde ir, como casa de parentes ou amigos. Já os desabrigados perderam ou não podem retornar às suas casas e dependem de abrigos públicos ou sociais.

Em visita à região, nesta quarta, o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informou que equipes enviadas pelo governo federal permanecerão no estado por tempo indeterminado, incluindo técnicos especialistas do Grupo de Apoio a Desastres (Gade), vinculado à pasta.

Equipes da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Departamento de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde também atuam no atendimento à população.

CALAMIDADE PÚBLICA

A Defesa Civil Nacional reconheceu o estado de calamidade pública em Juiz de Fora e, de forma sumária, nas cidades de Ubá e Matias Barbosa.

As portarias com os reconhecimento foram publicadas em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

O reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública permite que os municípios solicitem recursos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para ações de defesa civil.

GUERRA

Ucranianos e enviados de Trump devem discutir novas ações sobre Rússia

Uma delegação ucraniana se reunirá com enviados do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, antes de uma nova rodada de negociações trilaterais com a Rússia, afirmou o presidente Volodimir Zelenski **(foto)** ontem.

Rustem Umerov, secretário do Conselho de Segurança e Defesa Nacional da Ucrânia, deve se encontrar com Steve Witkoff e Jared Kushner na quinta-feira, 26, em Genebra, disse Zelenski.

O esforço dos Estados Unidos por um acordo de paz já levou Rússia e Ucrânia à mesa de negociações em Abu Dhabi e Genebra neste ano, mas as conversas ainda não resultaram em avanços para reduzir as principais divergências, enquanto a invasão russa ao país vizinho entra em seu quinto ano.

A reunião de quinta-feira tratará de detalhes de um possível plano de reconstrução pós-guerra para a Ucrânia e discutirá os preparativos para um próximo encontro trilateral com autoridades de Moscou, afirmou Zelenski, acrescentando que também encarregou Umerov de discutir uma possível troca de prisioneiros.

A Ucrânia espera que as negociações mediadas pelos EUA com a Rússia ocorram na próxima semana, disse Zelenski.

Witkoff afirmou na terça-feira passada, que se reuniria com Umerov em Genebra para conversas que poderiam ser seguidas por um encontro trilateral na Flórida.

A cidade suíça também deve sediar, hoje, uma rodada de negociações nucleares entre Estados Unidos e Irã.

As conversas anteriores com Rússia e Ucrânia já resolveram em grande parte a questão das garantias de segurança, disse Witkoff Segundo ele, ambos os lados estão engajados nos esforços de paz, com diálogos quase diários entre as autoridades.

Washington não está pressionando a Ucrânia a ceder em nenhum ponto, e os russos demonstraram "alguma moderação", afirmou Witkoff ao Yalta European Strategy - fórum internacional anual de líderes organizado pela Fundação Victor Pinchuk, em Kiev.

Na última terça-feira, em meio aos eventos que marcaram o quarto aniversário da invasão russa, Zelenski observou que a Rússia não derrotou a Ucrânia nem quebrou o espírito ucraniano, apesar de Moscou ter um Exército maior e melhor equipado e de promover bombardeios intensos

NEGOCIAÇÃO

Irã vê comentários de Trump como 'grandes mentiras'

O Irã reagiu contra as táticas de pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na véspera de novas negociações em Genebra sobre o programa nuclear de Teerã, alterando entre chamar as declarações do republicano como "grandes mentiras" e dizer que as discussões podem resultar em um acordo por meio de "diplomacia honrosa".

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, tentou comparar Trump a Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Adolf Hitler, e acusou Trump e seu governo de conduzirem uma "campanha de desinformação e informações falsas" contra Teerã. "Tudo o que eles alegam em relação ao programa nuclear do Irã, aos mísseis balísticos iranianos e ao número de



WIKIPÉDIA

contra áreas civis.

Nos últimos meses, as forças ucranianas empurraram o Exército russo para trás em pontos ao longo da linha de frente de cerca de 1.250 quilômetros nas regiões orientais do país, segundo o Instituto para o Estudo da Guerra.

Os "ganhos significativos" são os maiores desde 2024, afirmou o centro de estudos com sede em Washington, embora seja improvável que evoluam para grandes ofensivas, já que a Ucrânia enfrenta escassez de tropas.

Ainda assim, eles provavelmente devem atrapalhar os planos russos para uma ofensiva na primavera e no verão, segundo a análise. A Ucrânia também mantém quase todas as noites ataques com drones de longo alcance contra alvos militares e de infraestrutura aliada em território russo.

WASHINGTON

O Departamento de Estado dos EUA manifestou descontentamento com os recentes ataques da Ucrânia ao porto russo de Novorossiysk, no Mar Negro, que afetaram interesses petrolíferos dos Estados Unidos no Cazaquistão, disse na terça-feira o principal enviado de Kiev a Washington.

Quatro trabalhadores da fábrica de fertilizantes Dorogobuzh, na região russa de Smolensk, no oeste do país, morreram na quarta-feira em um ataque de drone ucraniano que provocou um incêndio e deixou outras dez pessoas feridas, informou o governador Vasili Anokhin.

Autoridades ucranianas disseram que a Rússia lançou 115 drones durante a noite, incluindo um ataque a uma vila no distrito de Zaporizhzhia, no sul, que matou quatro pessoas e feriu uma criança, segundo o Serviço Estatal de Emergência.

vítimas durante os distúrbios de janeiro é simplesmente a repetição de 'grandes mentiras'", escreveu no X. O presidente do parlamento iraniano, Mohammad Bagher Qalibaf, afirmou separadamente que os EUA poderiam optar pela diplomacia ou enfrentar a ira do Irã. "Se vocês escolherem a mesa da diplomacia - uma diplomacia na qual a dignidade da nação iraniana e os interesses mútuos sejam respeitados - nós também estaremos presentes", disse.

As declarações ocorrem em um momento em que Washington reuniu o maior contingente de aeronaves e navios de guerra no Oriente Médio em décadas, parte dos esforços de Trump para chegar a um acordo enquanto o Irã enfrenta uma crescente dissidência interna após os protestos do mês passado.

GENOCÍDIO

Israel promoveu ‘matança’ de jornalistas em 2025

Ao longo de todo ano passado, 129 profissionais de imprensa morreram no exercício da profissão, de acordo com relatório da organização não governamental Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), divulgado ontem.

Trata-se do maior número de mortes já documentado pelo comitê desde que a organização começou a fazer esses registros, há mais de três décadas.

Os dados da organização, que tem sede em Nova York (EUA), revelam ainda que dois terços destas mortes (86) são atribuídas às Forças de Defesa de Israel.

Dos 129 jornalistas assassina-

dos em 2025, a maioria (104) ocorreu durante conflitos. Cinco países concentram 84% das mortes: Israel (86 profissionais de imprensa mortos), Sudão (9 mortes), México (6), Rússia (4), e Filipinas (3).

Embora o número de profissionais de imprensa assassinados na Ucrânia e no Sudão tenha aumentado, a maioria esmagadora dos casos se refere a vítimas palestinas.

No relatório, o Comitê lembra que "os conflitos armados atingiram níveis históricos em todo o mundo", assim como os assassinatos de jornalistas que alcançaram "um recorde sem precedentes".

Para o CPJ, a impunidade é

um dos principais motivos para a alta dos assassinatos de jornalistas.

"O crescente número de mortes de jornalistas em todo o mundo é alimentado por uma cultura persistente de impunidade para ataques à imprensa: muito poucas investigações transparentes foram conduzidas."

"O fracasso contínuo dos líderes de governo em proteger a imprensa ou responsabilizar seus atacantes também estabelece as bases para mais assassinatos, inclusive em países que não estão em guerra", afirma a organização, ao citar as mortes na Índia, no México e nas Filipinas.

Para a presidente da organi-

zação Jodie Ginsberg, esses assassinatos acontecem em um momento em que o acesso à informação é "mais importante do que nunca".

"Os ataques à imprensa são um dos principais indicadores de ataques a outras liberdades. Muito mais precisa ser feito para evitar esses assassinatos e punir os perpetradores. Todos nós estamos em risco quando os jornalistas são mortos por veicular uma notícia."

No relatório, o Comitê lembra que "os assassinatos de jornalistas violam o direito internacional humanitário", que estipula que profissionais de imprensa são civis e nunca devem ser alvos deliberados.

EMPREGO

Itamaraty alerta para falsas propostas no Sudeste Asiático

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Sudeste Asiático, que reúne países como Tailândia, Camboja, Vietnã e Mianmar, tem se consolidado como o principal foco de tráfico de cidadãos brasileiros para exploração laboral, representando uma crescente preocupação para as embaixadas do Brasil na região. O alerta é do Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que formulou uma cartilha destinada a orientar na identificação dos riscos e até mesmo na busca por repatriação quando o cidadão já tiver emigrado e se encontrar em situação de emergência. O documento foi preparado em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e com a Defensoria Pública da União (DPU) e faz uma série de recomendações.

Segundo a publicação, os brasileiros aliciados são, em sua maioria, jovens com conhecimentos em informática. Eles costumam ser recrutados por meio de redes sociais com falsas promessas de emprego em call centers ou supostas empresas de tecnologia. Oferta de salários competitivos, supostas comissões por ativos vendidos e passagens aéreas e hospedagem incluídas costumam ser uma isca para atrair as vítimas brasileiras. Países como Camboja e Mianmar, este último imerso em uma grave guerra civil, são os destinos mais perigosos para esse tipo de golpe.

MÉXICO

Sheinbaum anuncia reforma eleitoral e Congresso aprova jornada menor

PEDRO LIMA/AE

A presidente do México, Claudia Sheinbaum **(foto)**, anunciou ontem proposta de reforma constitucional do sistema eleitoral que prevê reduzir em 25% os custos das eleições e cortar o número de deputados eleitos por lista partidária, os chamados plurinominais. O projeto também diminui recursos do Instituto Nacional Electoral (INE) e dos partidos.

A iniciativa elimina o sistema de resultados preliminares na noite da votação e determina que se aguardem apenas os resultados finais, além de reforçar a fiscalização de doações - com veto a recursos ilícitos e em dinheiro vivo - e proibir o uso de inteligência artificial (IA) e bots em campanhas. O texto também amplia



WIKIPÉDIA

mecanismos para incentivar o voto de emigrantes e reduz a propaganda eleitoral na mídia.

"Não queremos um partido de Estado, não queremos um partido único", afirmou Sheinbaum, acrescentando que "todos os candidatos têm que ir a campo conseguir o voto". A ope-

sição critica os cortes no INE, alegando risco à independência e à capacidade técnica do órgão. A proposta deve ser debatida no Congresso na próxima semana.

Também ontem, o Congresso aprovou a redução gradual da jornada semanal de 48 para 40 horas, sem corte de salários ou

benefícios, em projeto apoiado pelo governo. A mudança começará em 2027, com redução de duas horas por ano até 2030. O texto foi aprovado na Câmara por 411 votos a 58 e já havia recebido aval do Senado, seguindo agora para os Legislativos estaduais.

A reforma fixa teto de 12 horas extras por semana, distribuídas em até quatro dias, e proíbe trabalho extraordinário para menores de 18 anos. O governo estima que 13,5 milhões de trabalhadores serão beneficiados, mas analistas projetam alcance de até 30 milhões. Para o Instituto Mexicano para a Competitividade (IMCO), a transição gradual tende a permitir ajuste progressivo das empresas. Já representantes do setor automotivo alertam para aumento de custos.



SCOR
The Art & Science of Risk

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2025





SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

4/1

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório dos Auditores Independentes Atuais da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("SCOR Brasil"), empresa do Grupo SCOR sediado em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da SUSEP para operar com resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais. O Grupo SCOR está posicionado entre os dez maiores resseguradores mundiais, atendendo mais de 5.200 clientes. Como líder global em resseguros, a SCOR oferece a seus clientes uma diversificada e inovadora gama de soluções em seguros e resseguros e serviços de controle e gerenciamento de riscos. A Companhia usa sua reconhecida experiência no setor para atender seus clientes e contribuir para o bem-estar e a resiliência da sociedade. A Companhia tem autorização da SUSEP para operar com resseguros e retrocessão em todos os grupos e em todo o território nacional. **Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma: (a) 5% para a reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do Capital Social; (b) 5%, no mínimo, ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores; e (c) o lucro que não for destinado na forma dos itens (a) e (b) seja distribuído de acordo com o que for decidido pela Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável. **Plano Estratégico: 2026 Forward:** Em setembro de 2023, no *Investor Day* em Paris, o Grupo SCOR apresentou seu plano estratégico para 2024-2026, "*2026 Forward*". O plano estratégico estabeleceu algumas metas ambiciosas e igualmente ponderadas ao longo da sua duração buscando crescimento do valor econômico e índice de solvência na faixa de 185% a 220%. A SCOR impulsionará a criação de valores para seus acionistas, clientes, funcionários e para a sociedade como um todo. O Grupo SCOR mantém o controle por apetite ao risco controlado e uma subscrição disciplinada à medida que aproveita as oportunidades de negócios criadas pelas condições favoráveis do mercado, alimentando seu crescimento e diversificando suas carteiras de P&C (*Property and Casualty*) e L&H (*Life and Health*). "*2026 Forward*", combinará a arte e a ciência do risco para proteger as sociedades, ao mesmo tempo que manterá firmemente a sustentabilidade no centro do coração do Grupo SCOR, *raison d'être*. **Resultado do exercício:** A Companhia encerrou o ano de 2025 com um lucro líquido de R\$ 32,9 milhões (R\$ 30,5 milhões em 2024), crescimento de 8,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa performance deveu-se, principalmente pelo: aumento de 37,3% no resultado financeiro em comparação ao exercício anterior. Ainda, nosso índice de sinistralidade foi de 81,6% (72,2% em 2024) enquanto nosso índice de comissionamento de foi de 30,8% (34,1% em 2024). Nosso índice de despesas administrativas foi de 4,8% (4,3% em 2024) em linha com as expectativas da Administração. **Conjuntura Econômica:** Cenário Econômico Global. O ano de 2025 iniciou-se sob um ambiente de crescimento econômico moderado e elevado nível de incerteza, reflexo de tensões comerciais, ajustes nas políticas monetárias e fragmentação geoeconômica. As principais instituições apontavam para uma desaceleração do crescimento global. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava expansão de 3,2% em 2025, uma redução em relação ao crescimento observado em 2024, em virtude da diminuição dos efeitos temporários que sustentaram a atividade no primeiro semestre e do aumento das barreiras comerciais em economias avançadas. Para 2026 o FMI projeta um crescimento global de 3,3% e de 3,2% para 2027. A média da inflação global girará em 3,8% em 2026 e 3,4% em 2027. Cenário Econômico no

Brasil. No Brasil, o desempenho econômico projetado para 2025 indicava crescimento moderado, sustentado principalmente pelos setores de serviços e agropecuária, ao mesmo tempo em que o país enfrentava desafios domésticos relacionados à política monetária restritiva e à necessidade de reconstrução da confiança fiscal. PIB: As projeções indicam que o PIB em 2025 vai fechar positivo por volta de 2,5% (3,5% em 2024), principalmente impulsionado por um baixo desemprego, altos benefícios sociais e vasto oferecimento de crédito. IPCA: O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) fechou o ano de 2025 com variação acumulada de 4,26%, de acordo com dados do IBGE publicados. SELIC: A Selic encerrou 2025 no patamar de 15% (12,25% em 2024). Real: O ano de 2025 foi marcado por uma forte desvalorização do dólar no mundo. No Brasil, a moeda norte-americana caiu 11,1% frente ao real no acumulado de 2025, fechando em R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 2024). Mercado de trabalho: O mercado de trabalho no Brasil comportou-se com resiliência, terminando o ano com saldo positivo de emprego formal, mas mostrando sinais de desaceleração em relação aos anos anteriores. Para o ano de 2026, o Boletim Focus projeta um crescimento do PIB de 1,9%, chegando a 2,0% para 2027. O IPCA para 2026 projetado 4,4%, caindo para 4,0% para 2027. Ainda, para a taxa SELIC a projeção para 2026 é de 12,5%, reduzindo para 10,5% em 2027. Por fim, a expectativa do dólar é fechar em R\$ 5,99 em 2026 e R\$ 5,90 em 2027. **Perspectivas:** O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A expectativa da SCOR é que o mercado de (res)seguros brasileiro passe por adaptações, tendo em vista o aumento da frequência e intensidade dos desastres naturais, e até mesmo aprendizagens de uma pandemia recente. Com a elevação dos riscos e as perdas potenciais para as seguradoras, temos expectativa de uma necessidade contínua de maiores limites de cobertura de resseguro, assim como soluções mais adequadas aos riscos existentes. Acreditamos que a tendência seja de um mercado com evolução de critérios mais rigorosos de subscrição e de gestão de riscos mais sofisticada. Considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e dos riscos biotécnicos, há uma necessidade iminente de controles mais efetivos de exposição. A perspectiva para o curto e médio prazo é que o mercado de (res)seguros continue atuando sob critérios técnicos rigorosos e disciplina na subscrição. A SCOR seguirá na mesma linha o que permitirá seu crescimento ao mesmo tempo que constrói uma carteira otimizada e robusta, objetivando sempre a rentabilidade da Companhia no Brasil. A estratégia da Companhia é de manter uma política prudente de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, efetuar controle efetivo das despesas administrativas focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global. **Outras Informações:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da SCOR SE (Paris-França). Em 2024 a SCOR Brasil Participações incorporou a empresa "M&S Brazil Participações Ltda", passando assim a deter 100% das ações da SCOR Brasil Resseguros S.A., conforme documentado na 18ª alteração de Contrato Social da SCOR Brasil Participações Ltda. **Agradecimentos:** A SCOR Brasil Resseguros agradece a seus acionistas, parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, bem como a Superintendência de Seguros Privados–SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoio dedicados à Companhia. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Demonstração dos Fluxos de Caixa – método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Dez-2025	Dez-2024
Lucro Líquido do Exercício	32.956	30.508
Ajustes de itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	493	470
Perda por Redução ao Valor Recuperável	4.732	916
Provisões Técnicas Líquidas de Ativos de Retrocessão	-	10.824
Ativos de Direito de Uso	294	320
Lucro líquido do Exercício, ajustado	38.475	43.038
<u>Variação nas Contas Patrimoniais:</u>		
Aplicações Financeiras	(148.633)	(81.527)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	42.969	(45.579)
Títulos e Créditos a Receber	-	(1.413)
Ativos de Resseguro e Retrocessão	(40.554)	12.286
Créditos Tributários e Previdenciários	18.298	10.964
Despesas Antecipadas	-	38
Custo de Aquisição Diferido	312	(6.118)
Outros Ativos	3.875	(2.623)
Impostos e Contribuições	5.382	3.914
Outras Contas a Pagar	785	7.651
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	64.441	84.392
Depósitos de Terceiros	115	(1.790)
Provisões Técnicas - Resseguradoras	32.417	37.566
Caixa Gerado pelas Atividades	17.880	60.799
Impostos sobre lucros pagos	(19.400)	(14.999)
Pagamentos da parcela dos juros - passivo de arrendamento	(214)	(121)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(1.734)	45.679
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(296)	(241)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(296)	(241)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos da parcela do principal - passivo de arrendamento	(585)	(500)
Dividendos pagos	(20.503)	(6.507)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(21.088)	(5.657)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(23.119)	39.781
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	60.935	21.154
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	37.816	60.935

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

qual deverá considerar, no mínimo: • O histórico de perdas com o ressegurador; • Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e • Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. ii. Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 678/22 e suas alterações posteriores, a Companhia mantém estudo técnico atualizado, que suporta seu método de constituição da provisão de Redução ao Valor Recuperável – RVR das suas operações com resseguro. *Ativos financeiros:* Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num período de 12 meses e reconhecê-las como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. O CPC 48 propõe critérios para constituição das perdas esperadas, com a seguinte classificação: • Estágio 1 – Ativos sem problemas para recuperação de créditos. • Perdas de 12 meses desde o reconhecimento inicial. • Atrasos abaixo de 30 dias; Juros efetivos sobre o valor Bruto. • Estágio 2 – Ativos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. • Perdas mensuradas pela vida total do Ativo. • Atrasos acima de 30 dias ou critérios qualitativos; • Juros efetivos sobre o valor bruto até 90 dias; Não apresenta percentual mínimo para mensurar o aumento de risco. • Estágio 3 – Ativos com problema de recuperação de crédito • Perdas mensuradas pela vida total do Ativo; • Atrasos acima de 90 dias ou critérios qualitativos; Juros efetivos sobre o custo amortizado até o final de vida do contrato. iii. Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 678/22 e suas alterações posteriores, a Companhia mantém estudo técnico atualizado, que suporta seu método de constituição da provisão de Redução ao Valor Recuperável – RVR dos seus ativos financeiros. *Ativos não financeiros:* Ativos sujeitos à amortização e/ou depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. f. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. *Contas a pagar:* g. São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido em até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. Os valores de contas a pagar são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. *Provisões técnicas–Resseguradoras:* i. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP 648/21 e da Resolução CNSP 432/21 e suas alterações posteriores, que dispõem sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradoras. *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):* É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos de riscos não decorridos dos contratos. Esta provisão é calculada levando em consideração o tipo de contrato de resseguro e segue as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. Contratos Facultativos: O cálculo da PPNG para os contratos facultativos é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro. O prêmio é ganho em função da data-base, da data de início de vigência do contrato e do tempo de cobertura do contrato. • Contratos Proporcionais: *Risk Attaching ou Riscos Iniciados:* o cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo *Risk Attaching* consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. Para efetuar o cálculo, enquanto não estiverem disponíveis informações efetivas dos riscos assumidos, são utilizadas estimativas de prêmio total e do prêmio emitido mensal (prêmio total dividido pelo número de meses do contrato). A vigência das apólices de seguro adotada para o cálculo é informada pela cedente para cada contrato. Esta vigência padrão é utilizada como prazo de diferimento do prêmio de resseguro emitido em cada mês. *Loss Occurring* ou Base de Ocorrência de Sinistros: o prêmio emitido dos contratos proporcionais do tipo *Loss Occurring* é definido em função da parcela do prêmio estimado total de cada contrato relativa à exposição a que está sujeito, com base nas apólices de seguros emitidas até o mês de cálculo. A PPNG é calculada de forma que os prêmios de resseguro sejam ganhos homogeneamente durante a vigência dos contratos. • Contratos Não Proporcionais: *Risk Attaching ou Riscos Iniciados:* o prêmio de resseguro para os contratos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro emitido. O prêmio ganho é determinado com base na duração do contrato e das apólices cobertas. O prêmio não é ganho linearmente, mas em função da evolução da exposição ao risco (método de "1/n avos"), uma vez que as apólices adicionadas ao contrato são consideradas emitidas linearmente ao longo da sua duração. • *Loss Occurring* ou Base de Ocorrência de Sinistros: o cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo *Loss Occurring* é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, neste caso pelo prazo de vigência do contrato. O prêmio de resseguro é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. ii. *Provisão de Prêmios Não Ganhos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):* A Companhia, através de análise individual dos contratos, tem a informação dos prêmios vigentes e não emitidos a cada mês. Este prêmio é contabilizado como prêmio RVNE. A PPNG relativa a estes prêmios é calculada conforme descrito no item *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)*. iii. *Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):* A provisão é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. Os valores são provisionados da seguinte forma: (a) pela parcela de responsabilidade da Resseguradora relativa ao valor informado pela cedente; (b) pelo valor resultante de sentença transitada em julgado, para os casos de sinistros judiciais quando a Resseguradora participar da ação judicial. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não tomou conhecimento de envolvimento em processos judiciais. iv. *Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):* A provisão é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. As estimativas atuárias do IBNR são baseadas nos métodos da sinistralidade inicial esperada (SIE),

Balanco Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)							
	Nota	Dez-2025	Dez-2024		Nota	Dez-2025	Dez-2024
ATIVO		1.214.784	1.092.995	PASSIVO		1.224.343	1.118.692
Circulante				Circulante			
Disponível	5	37.816	60.935	Contas a Pagar		67.092	54.615
Caixa e bancos		24.492	43.205	Obrigações a pagar		38.634	27.483
Equivalente de caixa		13.324	17.730	Impostos e encargos sociais a recolher		5.663	9.858
Aplicações	6	360.542	211.624	Encargos trabalhistas		1.458	1.319
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros				Impostos e contribuições	9b	21.337	15.955
Operações com seguradoras		343.879	391.581	Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	12	332.028	267.588
Operações com resseguradoras		26.425	24.942	Operações com resseguradoras		223.241	212.709
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8	412.158	373.982	Corretores de seguros e resseguros		13.408	12.040
Títulos e Créditos a Receber		20.551	16.206	Outros débitos operacionais		95.379	42.839
Títulos e créditos a receber		-	2.847	Depósitos de Terceiros	13	925	810
Créditos tributários e previdenciários	9	20.468	12.249	Provisões Técnicas–Resseguradoras	14	824.298	795.679
Outros créditos		83	1.110	Passivo não circulante		213.678	210.424
Custos de Aquisição Diferidos	10	13.413	13.725	Contas a pagar		1	545
Resseguros		13.413	13.725	Obrigações a pagar		1	545
Ativo não circulante		370.981	369.397	Provisões Técnicas–Resseguradoras	14	213.677	209.879
Realizável a Longo Prazo		369.343	367.565	Patrimônio Líquido	19	147.744	133.276
Aplicações	6	249.747	241.454	Capital social		100.000	100.000
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros				Reservas de lucros		49.895	44.006
Operações com seguradoras	7	2.025	3.507	Ajuste de avaliação patrimonial		(2.151)	(10.730)
Operações com resseguradoras		2.025	3.507	TOTAL DO PASSIVO		1.585.765	1.462.392
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8	110.061	107.683				
Títulos e Créditos a Receber	9	7.510	14.627				
Créditos tributários e previdenciários		7.510	14.627				
Outros Valores e Bens		-	294				
Ativos de direito de uso		-	294				
Imobilizado	11	1.638	1.832				
Bens móveis		1.638	1.832				
TOTAL DO ATIVO		1.585.765	1.462.392				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Dez-2025	Dez-2024
Prêmios emitidos	17.a	600.935	628.778
(+/-) Variações das provisões técnicas	17.b	40.241	(30.623)
(=) Prêmios Ganhos		641.176	598.155
(-) Sinistros ocorridos	17.c	(523.193)	(431.670)
(-) Custos de aquisição	17.d	(19.648)	(12.676)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	17.e	4.740	8.416
(+) Resultado com retrocessão	17.f	(69.422)	(115.993)
(-) Despesas administrativas	17.g	(30.557)	(25.575)
(-) Despesas com tributos	17.h	(11.718)	(16.298)
(+) Resultado Financeiro	17.i	64.188	46.735
(-) Receitas financeiras		64.227	46.856
(-) Despesas financeiras		(39)	(121)
(=) Resultado Operacional		55.566	51.094
(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações		55.566	51.094
(-) Imposto de renda	18	(13.907)	(12.678)
(-) Contribuição social	18	(8.359)	(7.621)
(-) Participações sobre o lucro		(344)	(287)
(=) Lucro Líquido do exercício		32.956	30.508
(/) Quantidade de ações		100.000	100.000
(=) Lucro Líquido por ação – em R\$		329,56	305,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Dez-2025	Dez-2024
Lucro Líquido do Exercício	32.956	30.508
Variação no valor justo de ativo financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	14.299	(21.356)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado abrangente	(5.720)	8.543
Resultado abrangente	8.579	(12.813)
Resultado Abrangente do Exercício, líquido dos impostos	41.535	17.695

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

custos das transações. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. • As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: • Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo, sendo que seu resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido na demonstração do resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é também reconhecido na demonstração do resultado. Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia–SELIC e na Câmara de Custódia e Liquidação–CETIP. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; Nível 3: Modelos de precificação nos quais as transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. c. **Prêmios de resseguros e custo de aquisição diferidos:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data de início de vigência dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes auferidos pela cedente (*Estimate Premium Income–EPI*), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos quando são recebidas as prestações de contas com os valores efetivos enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. d. Essas estimativas são recalculadas trimestralmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados ao resultado ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados. **Mensuração dos contratos de retrocessão:** e. Os prêmios de retrocessão são registrados na data de início de vigência dos contratos, normalmente no mesmo período dos prêmios de resseguro referentes, e são contabilizados no resultado, na rubrica "Resultado com Operações de Retrocessões". Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição da Companhia. **Redução ao valor recuperável:** i. **Operações de resseguro:** O modelo estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9–Instrumentos financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas. Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela circular SUSEP nº 678/22 e suas alterações posteriores, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de Prêmios não Ganhos de resseguro, onde: A



do desenvolvimento de sinistros e de Bornhuetter-Ferguson (“BF”). Pelo método da sinistralidade inicial esperada, multiplica-se premissa de sinistralidade esperada pelo prêmio ganho do período, referente aos riscos vigentes, emitidos e não emitidos, para a obtenção do sinistro final esperado. O método do desenvolvimento de sinistros utiliza a experiência histórica de sinistros pagos ou avisados de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para estimar valores de sinistros finais. Os padrões de desenvolvimento de sinistros são determinados com base em negócios de características semelhantes onde o Grupo SCOR possui experiência por mais tempo. O método de BF utiliza dados de sinistros pagos e avisados existentes, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial, para determinar a estimativa de sinistro final. São feitas estimativas de sinistros finais por ano de subscrição com base em mais de um método atuarial e os valores dos sinistros finais são selecionados com base em julgamento atuarial. Os valores efetivamente pagos e a reserva de PSL são subtraídos das estimativas de sinistros finais para se determinar a IBNR. As premissas de sinistralidade adotadas são inicialmente baseadas na precificação de cada contrato e sumarizadas por grupo contábil e ano. Estas premissas podem ser ajustadas com base na análise da experiência da Companhia. Em situações específicas, como em caso de catástrofes, o valor da provisão refletirá a melhor estimativa final da Resseguradora. A provisão de IBNR pode ser segmentada em IBNYR (parcela relativa a casos ainda não avisados) e IBNER (parcela relativa à deficiência da PSL para casos já avisados). Estas parcelas são chamadas na Circular SUSEP nº. 648/21, de IBNR e IBNER, respectivamente. A referida Circular diz que a PSL deve contemplar, quando necessário, ajuste de IBNER. Devido às limitações no tipo de informação disponível em resseguro, é difícil separar os componentes IBNR e IBNER. A Companhia estima a provisão de IBNR em base total e o IBNER é contemplado na IBNR. v. *Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)*: vi. Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº. 648/21 e alterações posteriores, a Companhia deve adotar a PDR para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas próprias relacionadas a sinistros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foi identificada necessidade de constituição de PDR. *Outras provisões—Provisão de Excedente Técnico (PET)*: A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em contrato. h. *Teste de Adequação de Passivos (TAP)*: O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de verificar a adequação dos passivos de resseguro, líquidos dos custos de aquisição diferidos e eventuais ativos intangíveis relacionados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A administração da Companhia utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa de prêmios futuros de contratos proporcionais vigentes, sinistros, despesas administrativas, impostos e outras receitas e despesas operacionais. Qualquer deficiência é contabilizada como uma provisão no passivo ou tendo contrapartida na demonstração do resultado. Para este teste, os contratos foram agrupados por grupo contábil, a fim de possibilitar a utilização das premissas de sinistralidade esperada, padrões de pagamento de sinistros e despesas que foram baseadas na experiência local e nos resultados da análise da IBNR. De acordo com a Circular SUSEP vigente, as sinistralidades utilizadas consideram até os últimos cinco anos de experiência da Resseguradora. Como a Resseguradora opera apenas com riscos no regime financeiro de repartição simples, premissas de tábuas de mortalidade e taxas de juros contratadas de ativos e passivos não são adotadas. Foram projetados os fluxos associados com os passivos atuariais brutos de retrocessão nos segmentos de riscos operados e trazidos a valor presente considerando a projeção de taxa a termo de juros livre de risco. Na avaliação dos passivos atuariais, foram contempladas as receitas e despesas esperadas com a carteira em vigor bruta de retrocessão. Os resultados parciais gerados a partir desse cálculo serão compensados, a fim de assegurar a conformidade com as diretrizes estabelecidas para o reconhecimento e apuração de resultados. Os passivos atuariais foram comparados com as provisões técnicas constituídas e não foi identificada necessidade de ajuste nas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxas de juros livre de risco pré-fixada e de cupom cambial, disponibilizadas pela SUSEP, conforme especificação do contrato de resseguro.
Grupo	Sinistralidade projetada (varia conforme o grupo contábil/ano)
Patrimonial	75,64%
Responsabilidades	31,63%
Automóvel	81,26%
Transportes	60,03%
Riscos Financeiros	28,06%
Pessoas Coletivo	63,92%
Rural	de 54,60% a 74,95%
Pessoas Individual	114,59%
Marítimos	36,29%
Aeronáuticos	48,62%
Riscos Especiais	5,89%
Outros	58,98%

i. *Contingências ativas e passivas*: As contingências passivas são identificadas por uma obrigação presente resultante de um evento passado, e são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelo Departamento Jurídico da Companhia e assessorado por escritórios jurídicos, com relação às probabilidades de perda. As provisões são contabilizadas quando há uma expectativa de perda “provável” em cada processo. Para processo com expectativa de perda “remota” ou “possível” não é registrada provisão, seguido a política interna da Scor. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa. Porém, a divulgação é requerida, conforme CPC 25, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. j. *Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido*: As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. k. *Apuração do resultado*: O resultado é apurado pelo regime de competência. l. *Reconhecimento de prêmio emitido de contrato de resseguro*: As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de vigência do risco das respectivas apólices. ii. *Receita de juros*: As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado), são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. iii. Despesas com sinistros: As despesas com sinistros são reconhecidas em contrapartida à Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL), com base nas informações recebidas das cedentes. A Companhia pode considerar alguma informação adicional, como, por exemplo, se for parte de ação judicial. iv. Depreciação: A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: 10% para móveis, máquinas e equipamentos; e 20% para hardwares e softwares. 4. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** a. *Estrutura de Gestão de Risco—EGR*: A Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia possibilita a identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento de seus principais riscos. O Gestor de Riscos da Companhia é responsável por supervisionar continuamente essa estrutura, cabendo à Diretoria e ao Conselho de Administração zelar pela sua adequação. A Estrutura de Gestão de Riscos está alinhada ao Sistema de Controles Internos da Companhia, garantindo o adequado tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar suas operações, incluindo mecanismos para prevenção a fraudes e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A área de Gestão de Riscos da Companhia realiza revisões periódicas dos processos e seus controles-chave, enquanto a área de Compliance monitora o cumprimento das normas e procedimentos vigentes. Suas recomendações são implementadas pelas diversas áreas da Companhia, incluindo a adequação a novas normas e exigências legais. b. *Gestão de Riscos de Resseguro*: A Companhia oferece no mercado segurador brasileiro coberturas de resseguros para as carteiras de todos os ramos. Os canais de distribuição compreendem a intermediação de corretores de resseguros, bem como a negociação direta com as seguradoras. Os contratos de resseguros proporcionais (cota-parte e excedente de responsabilidades) compreendem a aceitação de uma porção proporcional dos riscos relacionados às apólices emitidas pelas cedentes. Já os contratos de resseguros não proporcionais (excesso de danos por risco e por evento, ou por “stop loss”) compreendem a aceitação da porção do risco acima de uma prioridade previamente acordada. **Concentração de Riscos: Seque abaixo a concentração de risco aberto por ramo.**

Grupo de Ramos	Descrição	Dez-2025	Dez-2024
1	Patrimonial	221.333	227.495
3	Responsabilidades	9.564	1.064
5	Automóvel	80.528	99.846
6	Transportes	3.946	1.752
7	Riscos Financeiros	76.587	52.565
9	Pessoas Coletivo	25.330	64.762
11	Rural	93.059	166.195
13	Pessoas Individual	48.538	245
14	Marítimos	37.888	10.947
17	Riscos Especiais	2.491	1.727
-	Outros	1.671	2.180
Total de prêmios emitidos de resseguro		600.935	628.778
Resultados da análise de sensibilidade:			
Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Em atendimento ao Artigo 126, Inciso XI da Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações posteriores, a análise de sensibilidade foi realizada com base nos cálculos e premissas do teste de adequação de passivos, e aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros e sinistralidade, para todos os grupos da Companhia. O impacto no resultado e patrimônio líquido decorrente dos testes de sensibilidade estão apresentados abaixo:			
Dez-2025		Impacto no patrimônio líquido/resultados	Impacto (%)
Valor			
Base TAP		784.696	
Aumento 5% Sinistralidade		800.875	(16.179)
Redução 5% Sinistralidade		768.520	16.176
Aumento 5% Taxa de Desconto		777.960	6.736
Redução 5% Taxa de Desconto		791.615	(6.920)
Dez-2024			
Valor			
Base TAP		737.546	
Aumento 5% Sinistralidade		754.270	(16.724)
Redução 5% Sinistralidade		720.882	16.724
Aumento 5% Taxa de Desconto		730.964	6.581
Redução 5% Taxa de Desconto		744.317	(6.771)

c. *Gestão de Riscos de Subscrição*: A Companhia adota a política de subscrição do Grupo SCOR, que determina princípios, critérios gerais de subscrição, condições

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

4/2

específicas por segmento de negócio, exclusões básicas, limites de aceitação e autorizadas. A política também define os papéis e responsabilidades de cada área envolvida no processo de subscrição. Para a análise dos riscos, a área de Subscrição da Companhia avalia um conjunto de fatores, incluindo, mas não se limitando ao tipo de risco a ser assumido, o ramo, a avaliação atuarial da adequação do prêmio e a exposição que o contrato agrega à carteira da Companhia. Também são avaliados a subscrição técnica, os resultados técnicos e a condição financeira da cedente. d. *Retrocessão*: A Companhia utiliza a aquisição de retrocessão para suportar suas operações de subscrição e gerenciar sua retenção por risco e por evento ante uma ocorrência. A cobertura de retrocessão é adquirida de acordo com o tipo de riscos assumidos. Os benefícios de ceder a outros resseguradores incluem a redução da exposição, a proteção contra riscos catastróficos, a proteção contra a perda de capital inesperado e a possibilidade de subscrição de negócios adicionais. Contratos de retrocessão não eximem, legalmente, a Companhia de suas obrigações em relação ao risco ressegurado.

Resseguradora Admitida	Rating (*)	Tipo contrato	Prêmio retrocedido líquido de comissão	
			Dez-2025	Dez-2024
SCOR SE	A+			
Patrimonial		Não proporcional	6.202	1.594
Patrimonial		Proporcional	(80.623)	(78.912)
Responsabilidades		Proporcional	(578)	(1.992)

Grupo	Prêmio	Comissão	Sinistro
Patrimonial	264.681	(48.592)	(240.632)
Riscos Especiais	1.403	(32)	101
Responsabilidades	11.657	(3.516)	(2.673)
Automóvel	121.809	(22.181)	(133.511)
Transportes	4.564	(725)	(2.700)
Riscos Financeiros	124.168	(60.836)	(18.168)
Pessoas Coletivo	54.640	(2.367)	(42.848)
Rural	164.502	(34.669)	(24.238)
Marítimos	31.809	(6.888)	(9.065)
Outros (*)	39.927	1.822	(49.459)
Total	819.160	(177.984)	(523.193)

Grupo	Prêmio	Comissão	Sinistro
Patrimonial	201.636	(35.437)	(134.779)
Riscos Especiais	1.458	(4)	19
Responsabilidades	15.255	(7.621)	(7.541)
Automóvel	165.044	(49.883)	(136.684)
Transportes	1.676	16	(1.397)
Riscos Financeiros	82.232	(35.600)	(19.027)
Pessoas Coletivo	38.445	(403)	(31.789)
Rural	259.113	(56.978)	(85.844)
Marítimos	17.416	(4.259)	(10.869)
Outros (*)	7.280	(1.231)	(3.759)
Total	789.555	(191.400)	(431.670)

(**) Substancialmente composto pelos ramos de Pessoas Individual e Aeronáutico. f. *Gestão de Riscos Financeiros*: A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam estabelecidos e seguidos, para evitar que perdas decorrentes de riscos financeiros impactem os resultados de forma adversa. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, os requerimentos regulatórios locais e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos de alta liquidez. O Grupo SCOR possui uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites, principais critérios e restrições de investimentos, considerando também as exigências da regulamentação local. O gerenciamento de risco de crédito nas operações de resseguro, retrocessão e aplicações financeiras inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's*. *Risco de mercado*: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem diminuir as receitas financeiras provenientes de aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra a volatilidade dessas taxas, embora adote uma posição conservadora em suas aplicações financeiras. *Resultados da análise de sensibilidade*: Na presente análise de sensibilidade consideramos uma sensibilidade de 100 pontos-base para taxa de juros pré-fixada SELIC vigente em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a qual teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e expectativas de mercado para as variações dessa taxa, refletindo sobre o saldo dos instrumentos financeiros.

Fator de risco	Impacto no Patrimônio Líquido / Resultado	
	Dez-2025	Dez-2024
Elevação da taxa de juros	2.840	1.619
Redução da taxa de juros	(2.840)	(1.619)
<i>Risco de crédito</i> : É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco da contraparte. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de resseguro e dos créditos deidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área Financeira da Companhia. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada conforme as alçadas definidas na política de investimentos da Companhia.		
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Dez-2025	
	Moody's	Fitch S&P Total
Caixa e Equivalentes de caixa	A1	AAA (bra) A-1 26.833
Banco Bradesco S.A.		
Caixa e Equivalentes de caixa	AAABr	BB+ BB 34

Ativos financeiros e de contratos de resseguro

Pré-fixados					
- Ativos financeiros		360.542	249.747	610.289	211.624
Títulos Públicos Federais		360.542	249.747	610.289	211.624
Pós-fixados					
Ativos de contratos de resseguro		801.530	119.596	921.126	806.711
Prêmios a receber		343.879	2.025	345.904	391.581
Outros créditos		24.942	-	24.942	-
Ativos de resseguro		412.158	110.061	522.219	373.982
Títulos e créditos a receber		20.551	7.510	28.061	16.206
Ativos financeiros		37.816	-	37.816	60.935
Equivalentes de caixa		13.324	-	13.324	17.730
Depósitos Bancários		24.492	-	24.492	43.205
Total de ativos		1.199.888	369.343	1.569.231	1.079.270
Passivos financeiros e de contratos de resseguro					
Pós-fixados					
Passivos financeiros		67.092	1	67.093	54.615
Contas a pagar		67.092	1	67.093	54.615
Passivos de contratos de resseguro		1.163.123	206.881	1.370.004	1.063.267
Prêmio de retrocessão e corretagem a pagar		332.028	-	332.028	267.588
Provisões técnicas – Resseguradoras		831.095	206.281	1.037.976	795.679
Depósitos de terceiros		925	-	925	810
Total de passivos		1.231.140	206.882	1.438.022	1.118.692

A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de resseguro detidos pela Companhia e seus passivos, por vencimento. Conforme descrito na nota explicativa 3.b, a Companhia mantém instrumentos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) também para viabilizar uma rápida resposta à eventual necessidade de liquidez. Todos nossos investimentos financeiros possuem resgate em D+0. 5. **Disponível**: O saldo desta rubrica refere-se, basicamente, a depósitos em conta corrente, conta corrente em moeda estrangeira e aplicações em fundos de investimentos atrelados à taxa CDI.

Bancos	Dez-2025		Dez-2024	
	24.492	43.205	24.492	43.205
Fundos de investimentos	13.324	17.730	13.324	17.730
	37.816	60.935		

A Companhia registra em equivalentes de caixas os fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez e são efetivamente utilizados para gestão do fluxo de caixa. Os fundos já estão registrados ao valor de mercado. 6. **Aplicações Financeiras**: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos, por: a. *Composição*:

	Dez-2025	Dez-2024
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes—VJORA		
Pós-fixado – LFT	175.572	69.503
Pré-fixado – LTN	434.717	383.575
Total de aplicações	610.289	453.078
Total circulante	360.542	211.624
Total não circulante	249.747	241.454
Classificação e Movimentação das aplicações financeiras		

VJORA	Dez-2024	Aplicações	Resgates	Marcação	Dez-2025
Pós-fixado—LFT	69.503	91.140	15.385	(471)	15
Pré-fixado—LTN	383.575	211.380	47.877	(222.399)	14.284
Total	453.078	302.520	63.262	(222.870)	14.299

VJORA	Dez-2023	Aplicações	Resgates	Marcação	Dez-2024
Pós-fixado—LFT	53.457	128.701	7.112	(119.764)	(3)
Pré-fixado—LTN	329.493	279.534	37.432	(241.531)	(21.353)
Total	382.950	408.235	44.544	(361.295)	(21.356)

b. *Composição por prazo e por título e taxa de juros contratada*: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título.

Dez-2025		Dez-2024	
Taxa de juros contratada		Em até 1 ano e 2 anos	
Pós-fixado—LFT	SELIC + Agio/Deságio	162.667	12.905
Pré-fixado—LTN	De 9% a 16% a.a.	197.875	163.093
Total		360.542	175.998

Automóvel	Proporcional	(17.185)	(3.610)
Transportes	Proporcional	(3.252)	(1.267)
Riscos Financeiros	Proporcional	(63.998)	(53.517)
Marítimos	Proporcional	(24.445)	(1.755)
Rural	Não proporcional	(4.238)	(2.691)
Rural	Proporcional	(82.428)	(160.148)
Outros (**)	Proporcional	(4.624)	(3.057)
Total (***)		(287.573)	(308.543)

(*) Última avaliação disponível da *Standard&Poor's*. (**) Substancialmente composto pelos ramos de Pessoas Individual e Aeronáutico. (****) Vide nota explicativa 17.f. e. *Administração de Sinistros*: A Companhia utiliza a política de regulação de sinistros adotada pelo Grupo SCOR. A regulação é de responsabilidade da área de Sinistros, que é apoiada tecnicamente pela área de Subscrição. A regulação de sinistros requer a avaliação de: • coberturas contratadas em relação ao sinistro reclamado; • exclusões aplicáveis (legitimidade de cobertura); • valores reclamados em relação à franquia aplicável e limites contratados; • tipo de ocorrência, providências tomadas, dimensões dos danos; • contratação de peritos ou envolvimento de especialistas nos casos necessários. Respeitada a legislação brasileira, a Companhia determina para cada um dos seus contratos as cláusulas relacionadas às definições de sinistros, assim como valores e limites para a notificação de sinistros, cláusula de liquidação e cooperação de sinistros, despesas e honorários de regulação. Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de Sinistralidade, Comissionamento e de Corretagem são:

Dez-2025		Dez-2024	
Corretagem	Comissionamento (%)	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)
(13.522)	18,4%	90,9%	5,1%
	2,3%	-7,2%	5,0%
	30,2%	22,9%	2,6%
	18,2%	109,6%	0,3%
	15,9%	59,2%	8,7%
	49,0%	14,6%	0,7%
	4,3%	78,4%	5,4%
	21,1%	14,7%	-
	21,7%	28,5%	2,7%
	4,5%	123,9%	0,7%
	21,7%	63,9%	2,4%

Dez-2024			
Corretagem	Comissionamento (%)	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)
(9.324)	21,3%	81,1%	5,6%
(183)	0,3%	-1,3%	12,6%
(134)	99,8%	98,8%	1,8%
(167)	43,3%	118,7%	0,1%
(147)	0,9%	82,6%	8,7%
(705)	76,3%	40,8%	1,5%
(1.455)	1,1%	83,6%	3,8%
14	28,2%	42,5%	-
(453)	34,2%	82,6%	3,4%
(122)	20,4	62,1%	2,0%
(12.676)	32,0%	72,2%	2,1%



The Art & Science of Risk

do capital social. O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido contábil após a destinação da Reserva Legal. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada. Para 31 de dezembro de 2025 houve a proposição de dividendos totais de R\$ 27.067 (R\$ 25.000 em 2024), sendo R\$ 1.565 de dividendos mínimos obrigatório e R\$ 25.502 de dividendos extraordinários, a serem pagos no decorrer do exercício de 2026. 19. **Capital Mínimo Requerido, de Risco e Liquidez em Relação ao Capital:** Em 12 de novembro de 2021 o CNSP publicou a Resolução 432/21 relativa ao cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais e ao cálculo do capital de risco. A Resolução, complementada pela Circular SUSEP nº 648/21, dispõe sobre o cálculo de capital de risco baseado no risco de subscrição, capital de risco baseado no risco de crédito, capital de risco baseado em risco operacional e capital de risco baseado no risco de mercado. Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CMR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Dez-2025	Dez-2024
Patrimônio Líquido	147.744	133.276
Créditos tributários com prejuízos fiscais	-	(864)
Ajustes contábeis	-	(864)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	17.229	27.227
PLA-nível I	147.744	132.412
PLA-nível II	17.229	27.227
PLA-nível III	-	-
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Do Exc. De Nível II e III (*) (a)	164.973	159.639
Capital mínimo requerido		
Capital base (CB)	60.000	60.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	79.374	87.228
Capital de risco de subscrição	57.880	67.516
Capital de risco de crédito	24.515	23.214
Capital de risco operacional	4.296	4.123
Capital de risco de mercado	5.690	4.816
Correlação entre os riscos	(13.007)	(12.428)
Capital mínimo requerido (b)	79.374	87.228
Suficiência de capital (c = a-b)	85.599	73.663
Suficiência de capital (c / b)	107,8%	84,5%
Índice de solvência (d = a / b)	207,8%	184,5%

20. Transações com partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: SCOR Brasil Participações Ltda., SCOR Reinsurance Company, SCOR SE e Essor Seguros S.A, além de seus administradores, conselheiros da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. a. Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes

Membros da Diretoria	
Dafne Coutinho Santos Fabio Henrique Ferreira de Pinho	Fernando Viana dos Reis Gilberto Kaoru Fujita Rafael Zimmer Polking

Parecer dos Atuários Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

dos Administradores e Ações da **SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.**, Rio de Janeiro - RJ - CNPJ 9.9.851.775/0001-07.

Escopo da Auditoria Atual: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A, em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração: A Administração da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à

Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

nos Administradores e Acionistas da **Scor Brasil Resseguros S.A.** Rio de Janeiro – RJ – CNPJ/9.851.775/0001-07, **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Scor Brasil Resseguros S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Scor Brasil Resseguros S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – **SUSEP**. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos opinião, qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – **SUSEP** e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Determinamos**

ASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

4/4

relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dez-2025			Dez-2024		
	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)
Administradores (i)	0	(121)	(1.450)	-	(596)	(7.154)
SCOR Reinsurance Company	1.772	8.967	6.832	2.742	(6.029)	623
Cost sharing agreement (ii)	-	(264)	(39)	106	(312)	(121)
Operações de retrocessão (iii)	1.772	9.231	6.871	2.636	(5.717)	744
SCOR Brasil Participações Ltda.	771	-	76	631	-	79
Cost sharing agreement (ii)	771	-	76	631	-	79
SCOR SE (Paris)	513.101	(227.251)	(76.002)	472.145	(229.690)	(116.061)
Cost sharing agreement (ii)	-	(166)	(607)	-	(128)	(562)
Operações de retrocessão (iii)	513.101	(225.241)	(76.316)	472.145	(227.731)	(116.067)
Share Award Plan (iv)	-	(1.844)	624	-	(1.261)	343
Parental guarantees (vi)	-	-	278	-	(570)	225
Essor Seguros S.A.	120.768	(502.916)	(62.091)	200.450	(602.327)	(104.225)
Cost sharing agreement (ii)	-	-	-	1.435	-	523
Operações de resseguro (v)	120.768	(502.916)	(62.091)	199.014	(602.327)	(104.747)
Total	636.412	(721.320)	(132.656)	675.862	(838.594)	(226.692)

(i) Remuneração a pagar; (ii) Corresponde ao acordo de compartilhamento de custos entre as empresas, a partir do qual são rateadas as despesas relativas à infraestrutura administrativa considerando um critério preestabelecido entre as partes; (iii) Refere-se a transações de retrocessão; (iv) Refere-se ao programa de bonificação de funcionários através da concessão de ações da SCOR SE (Paris). O valor será reembolsado pela Companhia à sua matriz; (v) Refere-se a transações de resseguro; (vi) Refere-se a garantia alocada pela SCOR SE (Paris) à Companhia; b. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades supervisionadas pela SUSEP não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: "Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. 21. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. 22. **Contingências:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em 6 processos administrativos em andamento na Receita Federal do Brasil (RFB), dos quais 3 possuem contingência passiva e 3 ativa. Dentre aqueles processos passivos, todos são classificados com perda possível. Além desses, a Companhia possui 8 processos de natureza judicial, dos quais 5 deles ativos e 3 passivos. Estes processos passivos são atualmente classificados como perdas possíveis, com valor em risco atualizado de R\$ 704 (R\$ 1.002 em 2024). Considerando, portanto, que a Companhia não figura como parte em processos com perda classificada como provável ou em ações judiciais com discussões relacionadas a sinistros, não houve provisão para nenhum dos processos mencionados, conforme Política de Provisãoamento da SCOR. A classificação das contingências é baseada na opinião dos advogados internos da Companhia, com o apoio de escritórios externos especializados, que também monitoram a evolução dos temas envolvendo as respectivas ações. 23. **Eventos Subsequentes:** Não houve evento subsequente após o fechamento até a data da publicação destas demonstrações financeiras.

Contador responsável Marcelo Aparecido Bueno Francisco CRC nº 1SP-300736/O-3 "RJ"	Atuário responsável Isabella Silva de Oliveira
--	--

a variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da SCOR Brasil Resseguros S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SCOR BRASIL RESEGUROS S/A em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuação – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela SCOR BRASIL RESEGUROS S/A e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para a apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

Mário Costa - Atuário MIBA 933

FORVIS MAZARS SERVICOS ATUARIAIS LTDA, CIBA 170

CNPJ Nº 41.921.418/0001-19 - Forvis Mazars

A materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8.

Douglas Souza de Oliveira - Contador - CRC - 1SP191325/O-0 "RJ"



The Art & Science of Risk

Resultados das renovações de resseguro P&C de janeiro de 2026



SCOR

The Art & Science of Risk

Oferecemos aos
nossos clientes
um nível ideal
de segurança, para
criar valor para
nossos acionistas
e contribuir para o
bem-estar e a
resiliência da
sociedade.

